

RECENSÕES

CARDOSO, Jerónimo, *Obra Literária. Prosa Latina* (Tomo I) *Poesia Latina* (Tomo II). Estabelecimento do texto latino, introdução, tradução e comentário de Telmo Corujo dos Reis (Col. *Portugaliae Monumenta Neolatina*, vols. VII e VIII). Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009: Tomo I, 410 pp. ISBN: 9789898074881; Tomo II, 491 pp. ISBN: 9789898074928

Esta obra, em dois volumes, é resultado de um infatigável e frutífero estudo sobre a obra literária de um dos mais representativos humanistas portugueses do século XVI, Jerónimo Cardoso, que se auto-intitula Lusitano ou Lamecense.

O nosso maior lexicógrafo e modelo de pedagogo moderno, Jerónimo Cardoso, tem merecido ser estudado em valiosos trabalhos de diferentes autores. No entanto, a sua obra literária, em prosa e em verso, composta ao longo da vida e dela testemunho, capaz de lançar luz, em tantos pormenores, sobre uma época tão importante da nossa história, não tinha ainda merecido um tratamento sistemático.

A edição latina, traduzida e comentada da obra literária em prosa de Jerónimo Cardoso é feita no Tomo I, que abre com uma introdução, dividida em diferentes rubricas. A primeira, “Uma biografia de Jerónimo Cardoso” (p. 5-20) — não é possível precisar com rigor as datas de nascimento e morte do Humanista, fixando-se «com bases meramente conjecturais», os limites da sua vida entre cerca de 1508-1569 —, sem deixar de se apoiar em anteriores estudos sobre o assunto, colhe uma força e uma expressividade novas, ao utilizar não apenas textos avulsos, mas todo um *corpus* literário, em que o próprio autor se apresenta nas diferentes situações da sua vida, nas suas emoções e afectos, exprimindo ou deixando entrever dados biográficos interessantes para a sua caracterização individual: as suas origens

judaicas, a sua actividade de mestre de humanidades, o seu relacionamento com figuras gradas do mundo intelectual e da cena política, no tempo de dois monarcas, D. João III e D. Sebastião.

À biografia sucede-se a rubrica “A obra de Jerónimo Cardoso” (p. 20-28): uma abordagem da produção literária do Humanista, na sua globalidade, em que sobressaem as suas preocupações de índole pedagógica e didáctica, ou melhor, em que se revela a sua índole de humanista e de pedagogo, dentro dos métodos da moderna pedagogia — de que Erasmo, o “Educador da Europa”, se tornou o principal divulgador. A pensar nos seus alunos, e preocupando-se em oferecer-lhes manuais práticos, obras lexicográficas e gramaticográficas, que pudessem facilitar a aprendizagem do latim, Jerónimo Cardoso, que incarna o tipo ideal do pedagogo do Renascimento, redige, provavelmente em 1552, dentro dos princípios da clareza e brevidade, as primícias da sua actividade gramatical, as *Institutiones in Latinam linguam breuiiores et lucidiores*, obra editada em Lisboa, em 1557, por João de Barreira (e reimpressa em Lisboa, em 1562, por João Blávio, e em Coimbra, em 1566, por João de Barreira); um opúsculo, em verso, sobre numismática, um resumo versificado do Livro V do *De asse et partibus eius* (1514) de Guillaume Budé, impresso pela primeira vez em Coimbra por João Álvares, em 1561, *De monetis tam Graecis quam Latinis. Item de ponderibus et mensuris ad praesentem usum redactis, anacephalaeosis*; o *Dictionarium iuuentuti studiosae* que mais não é do que um compêndio de fraseologia latina com o significado português, editado em Coimbra por João Barreira e João Álvares, em 1551 (que conhece duas reimpressões em Coimbra, por João Álvares, em 1562, e por João de Barreira, em 1587); o dicionário de Português-Latim, *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum sermonem* (Lisboa, João Álvares, 1562) que vem a integrar o primeiro dicionário Latino-português e Português-Latim, o *Dictionarium Latinolusitanicum et uiceversa Lusitanicolatinum, cum Adagiorum fere Omnium Iuxta Seriem Alphabetica Perutili Expositione, Ecclesiasticorum etiam Vocabularum Interpretatione. Item de Monetis, Ponderibus, et Mensuris, ad Praesentem Vsum Accomodatis*, impresso em Coimbra, nos prelos de João Barreira, em 1569-1570 (com reedições em 1588, 1592 e 1601). Aliás, este dicionário, como o título o indica, integra os *Adagia* de Erasmo e o referido tratado de numismática.

Jerónimo Cardoso merece um lugar de primeiro plano, na cultura nacional, alcançando na sua época grande notoriedade. Nem lhe faltou, neste seu percurso de Mestre de Humanidades, a honra do convite para

proferir uma oração de sapiência, a última a ser pronunciada na Universidade de Lisboa, a 1 de Outubro de 1536, *Oratio pro Rostris de laudibus omnium disciplinarum*. Decorrida mais de uma década, esta Oração foi publicada (em Coimbra, nos prelos de João de Barreira e João Álvares, em 1550), conjuntamente com as suas obras poéticas *De uario amore ecloga quae Silenis inscribitur deque uini inuentione* ‘Écloga acerca da inconstância do amor, intitulada Selénide e acerca da descoberta do vinho’ e *Libellus de Terrae Motu*, sobre o terramoto, ocorrido em Lisboa, em 1531.

Os seus livros de poesia, *Elegiarum libri II* (Lisboa, João Barreira, 1563) e *Silvarum liber unus* (Coimbra, João Barreira, 1564) são precedidos da publicação das *Epistularum Familiarum Libellus* (Lisboa, João de Barreira, 1556) que mostram as relações espistolares mantidas «com algumas figuras cimeiras da cultura portuguesa do seu tempo, como André de Resende, D. Jerónimo Osório, Damião de Góis, Pedro Sanches e Aquiles Estaço, seu antigo aluno» (tomo I, p. 28).

Telmo Corujo dos Reis faz um levantamento exaustivo das edições de Jerónimo Cardoso, faz descobertas de textos, descreve-os e analisa-os, com um pormenor e um rigor singulares.

Uma terceira rubrica, nesta Introdução, intitulada “Apêndices”, inclui dois documentos referentes ao *Dictionarium* (1569-1570), cuja primeira edição saiu póstuma, e por instâncias de D. Sebastião. São eles, a “Carta dedicatória do alemão Sebastião Stochamer” a El-rei D. Sebastião, em português e em latim; e o “Privilégio Real”, de 4 de Julho de 1569, concedido à viúva de Jerónimo Cardoso, Felippa Cardoso, que permitia que: «nenhuma pessoa possa imprimir, nem trazer de fora ou vender sem lizeja» o “Vocabulario & arte” de Jerónimo Cardoso. Neste “Vocabulário”, especificava a viúva, o «autor gastou trinta & seis anos em o fazer”.

Uma quarta rubrica da Introdução ocupa-se do “Estabelecimento do texto latino” (p. 31-36). Termina por uma vasta e actualizada “Bibliografia” (p. 39-45).

A Segunda Parte deste Tomo I da obra — “Texto e a Tradução” (p. 47-279) — abre com a *Oratio pro rostris de laudibus omnium disciplinarum* ‘Oração de Sapiência em louvor de todas as disciplinas’ (p. 49-99). Segue-se-lhe o ‘Livro de correspondência epistolar’, *Epistularum Familiarum Libellus* (101-279). A apoiar a análise e compreensão destes textos e a sua leitura, apresenta-se um extenso capítulo de “Notas e comentários” (281-392). A concluir o volume, um “Índice Onomástico” (p. 393-408) e um Índice geral (409-410).

O segundo volume, Tomo II — vol. VIII da Colecção *Portugaliae Monumenta Neolatina* —, dedicado à “Obra Poética” de Jerónimo Cardoso, é concebido na continuidade do volume anterior, com a apresentação do texto e tradução das composições poéticas conhecidas, precedida apenas de uma “Nota Introdutória” (p. 5-6). Iniciam este volume o texto e a tradução dos poemas que foram editados juntamente com a Oração de Sapiência do autor, em Coimbra, em 1550: *Libellus de Terrae Motu* (p. 9-43) e *De vario Amore Ecloga* (p. 45-61). Segue-se-lhe o ‘Apólogo da Morte e do Pastor com outros poemas elegíacos’, *Apologus de Morte et Pastore cum aliis Elegiacis* (Lisboa, João Bávio, 1558), cujo exemplar, da Biblioteca Pública do Porto, Telmo Reis já descrevera (tomo I, p. 24). Estende-se, neste segundo volume, ao longo de cerca de vinte páginas (p. 62-81).

E continua o texto e a tradução, nesta sequência: *De monetis tam Graecis quam Latinis item de ponderibus et mensuris ad praesentem usum redactis anacephalaeosis* (Coimbra, João Álvares, 1561), ‘Resumo acerca das moedas tanto gregas como latinas, bem como dos pesos e medidas convertidas ao seu uso habitual’ (p. 82-105); *Institutiones in Linguam latinam breuiiores et lucidiores quam antehac aliae in lucem editae sunt ad Inuictissimum Dominum Sebastianum Lusitaniae Regem* (Lisboa, João Blávio, 1562) ‘Instruções para a língua latina mais concisas e mais claras do que as outras anteriormente publicadas, dedicadas ao Invictíssimo Dom Sebastião rei de Portugal’ (p. 106-117). Seguem-se as duas obras poéticas do autor, de maior vulto: os *Dois livros de Elegias* e o *Livro das Silvas*. Nelas, o poeta, com o passar da idade, ao sentir a nostalgia do seu torrão natal, apresenta-se como lamecense: *Hieronymi Cardosi Lamacensis Elegiarum libri II ad Doctorem Aluarum Vaz Iurisconsultum peritissimum* (Lisboa, João de Barreira, 1563): ‘Dois livros de Elegias ao peritíssimo jurisconsulto Álvaro Vaz’ (p. 118-243); e *Hieronymi Cardosi Lamacensis Siluarum liber unus ad Petrum Aluarum Mancelum patricium adulescentem. Accessit praeterea Epithalamion Serenissimae Dominae Ionnae Reginae designatae, Quinti Caroli Caesaris Filiae et Serenissimi Principis Domini Ioannis, Sebastiani Regis Nostri Inuictissimi Patris* (Lisboa, João de Barreira, 1564), ‘Um livro de *Silvas* ao jovem fidalgo Pedro Álvares Mancelos. Segue-se o Epitalâmio da Sereníssima D. Joana, Princesa Designada, filha do César Carlos Quinto, e do Sereníssimo Príncipe D. João, pai de D. Sebastião, Nosso Invictíssimo Rei’ (p. 244-321). Este “Epitalâmio” estende-se por uma dezena de páginas (p. 311-321). As “Notas e Comen-

tários” — que precedem o “Índice onomástico” (467-489) e o Índice geral (491) — prolongam, tal como no volume I, a análise dos textos editados e traduzidos, aprofundam o seu conteúdo e esclarecem muitos pormenores, mais de carácter histórico-cultural e ideológico do que do ponto de vista formal.

Um estudo estético-formal, filológico, retórico e, no caso das composições poéticas, também métrico de um acervo significativo de textos impunha-se, numa obra que não tivesse por objectivo primeiro fixar um *corpus* da obra literária latina, em prosa e em verso, que importava dar a conhecer e divulgar. Telmo Reis faz um trabalho notável: traduz com correcção, sem nunca perder o ritmo do período latino e o sentido da clareza e da elegância na língua de chegada, a língua portuguesa.

Sente-se, contudo, a falta de uma Introdução mais vasta, dado que a apresentada se limita a vinte e três páginas, no I tomo (p. 5-28), praticamente enunciativas da biobibliografia do autor, com alguma referência formal (e. g. p. 25-26). Sente-se ainda que as cerca de duzentas e cinquenta páginas de “Notas e comentários” à obra em prosa (p. 283-392) e em verso (p. 325-465) de Jerónimo Cardoso, remetidas para o fim de cada um dos dois volume, dariam para elaborar uma análise descritiva e crítica da riqueza temática e formal da obra, no seu conjunto, e das intenções do seu autor, ao escrevê-la.

Essa análise global e compreensiva, a introduzir cada um dos tomos, ilustraria bem como o estudo e a interpretação de textos latinos permitem ao filólogo o apuramento rigoroso do fenómeno literário. Além de que elucidaria o leitor especializado e o leitor comum sobre o manuseio da obra, o que permitiria, sem custo, focalizar os seus diversos polos de interesse, ajuizar do seu alcance temático-formal, da sua verdadeira dimensão como “obra literária”, pois de obra literária se trata — como explícita o título dos dois volumes —, inserindo-a no estilo da sua época e nos gostos estéticos do seu autor.

Esta obra, cujo núcleo essencial integra a dissertação de doutoramento de Telmo Corujo dos Reis, como a própria estruturação indicia, é um trabalho rigoroso e de grande fôlego, que vem enriquecer o nosso património literário e cultural, e é um documento incontornável para o conhecimento da história do Humanismo em Portugal.

DIAS, Maria Manuela Alves e GASPAR, Catarina Isabel Sousa, *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português*, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2006, 303 pp. ISBN: 972-9378-10-7

Acolhido pelo Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, o projecto *Epigraphica* tem como objectivo elaborar bases de dados epigráficos do espaço português, preenchendo uma lacuna no espaço académico português, na medida em que as grandes recolhas de inscrições paleocristãs do séc. XIX e XX que integravam as inscrições portuguesas (Hübner, *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, 1871; Moreau-Marrou *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 1925-1931; J. Vives, *Inscriptiones cristianas de la España visigoda*, 1969) careciam dos resultados de últimas descobertas arqueológicas e apresentavam leituras necessitadas de revisão de acordo com propostas interpretativas mais recentes. Acresce o facto de estas colecções incluírem material de autenticidade duvidosa, resultado, na sua maior parte, de obras como *Monarquia Lusitana* de Bernardo de Brito (1609) e *De Antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende (1593) (AA., op. cit., p. 27; p. 32).

Assim, como bem indicam nas notas prévias, esta publicação inclui um Anexo de inscrições duvidosas (1-4) falsas ou suspeitas (pp. 277-288). A primeira inscrição é duvidosa quanto ao seu carácter cristão, mas pensamos que a segunda é duvidosa por não ter um conteúdo funerário (p. 278-279), e não por estar em causa o seu carácter cristão. No grupo das falsas ou suspeitas, estão incluídas três inscrições atribuídas a Martinho de Dume (pp. 281-283) segundo Gregório de Tours, uma delas um suposto epitáfio escrito pelo Bispo bracarense; inscrições renascentistas, sem conteúdo funerário (3, b), p. 284), compostas numa data posterior à definida pela recolha (3 c), p. 285; 3 h) p. 287), ou sobre as quais é difícil confirmar a sua origem cristã (3 f), p. 286. Salientamos que, deste grupo em anexo, apenas são alvo de tradução os poemas atribuídos a Martinho de Dume.

A bibliografia de confronto e referência usada por esta obra, rigorosamente elencada nas pp. 32-39, vem demonstrar, pelo seu carácter recente e minúcia analítica dedicada às inscrições individuais (trata-se, na sua maior parte, de artigos publicados em periódicos) o valor desta publicação por permitir reunir as mais actualizadas informações sobre peças epigráficas, que já tinham sido alvo de atenção pelas antigas colecções, ou que foram de identificação posterior.

As Notas Prévias incluída na publicação a recensear (pp. 25-31) apresentam um historial sumário da tradição das recolhas epigráficas relevantes para o espaço nacional e respectivas limitações, o que justifica inteiramente o carácter precursor e de novidade científica desta obra. São adoptados dois critérios geográficos e temporais que diferenciam esta publicação das suas congéneres anteriores, que estabelecem um crivo metodológico de excelente utilidade para os investigadores: o território português como baliza geográfica parece-nos defensável, na medida em que, para o período compreendido o espaço actualmente português pertenceu a três ordens políticas distintas (parcela de três antigas províncias romanas, a Galécia, a Lusitânia e a Bética, numa primeira fase; reino suevo e reino visigótico numa segunda fase; reino visigótico de Toledo, numa terceira fase). O critério temporal define-se entre o emergir das primeiras inscrições paleocrístãs (séc. III) e o início do período árabe (séc. VIII). As Notas Prévias estabelecem também as normas de edição adoptadas (p. 29) e os critérios de transcrição (p. 31).

A publicação está complementada pela inclusão de um CD que reúne o material gráfico (fotografias, desenhos, decalques) relativo a cada inscrição. Um segundo ficheiro em PDF (documentação gráfica 2) apresenta imagens de fragmentos de estelas decoradas provenientes de Mértola, cujos motivos indiciam ser possível fazer uma associação entre os motivos decorativos e a importância social dos defuntos.

A publicação inclui índices exaustivos: (pp. 291-303) de lugares (do qual se depreende a riqueza da região de Mértola nas ocorrências de epigrafia paleocrístã); de nomes antigos documentados pelos epitáfios; de vocabulário (locuções, cargos religiosos, palavras, tal como surgem nos textos), de abreviaturas, de particularidades gramaticais dos textos (p. 300), de fórmulas, de datações documentadas nos epitáfios e, por fim dos museus, portugueses e estrangeiros, em que se encontram os monumentos epigráficos citados.

O rigor com que esta importante secção da obra foi elaborada é de extrema utilidade para quem deseja fazer uma utilização especializada da obra, já que ela fornece dados quantificados sobre aspectos linguísticos e culturais.

O *corpus* (pp. 41-275) agrupa as inscrições por distritos e, dentro destes, por concelhos, destacando-se, em número de ocorrências, o sul do país. O *corpus* constitui-se, na sua maioria, por inscrições de estelas funerárias, encontrando-se ocasionalmente inscrições votivas ou de dedica-

tória (e.g. nº 160, p. 265), critério de inclusão que se desvia um pouco dos propósitos assumidos na introdução e da remissão para anexo de alguns textos de conteúdo não funerário.

A organização da informação coligida é esmerada, e segue uma ordem constante: identificação, localização e cronologia, se conhecida, da inscrição, a que se segue uma apresentação sintética da inscrição, com informações sobre a sua origem e procedência. Segue-se a bibliografia específica da inscrição, a tua transcrição com base nos critérios fixados nas notas prévias, a tradução para português, as variantes de leitura fixadas pelos estudos anteriores (quando as há), e, por fim, observações que remetem para o confronto com outras inscrições, ou para as particularidades de vocabulário, de língua, ou culturais, destas inscrições.

Gostaríamos de destacar, desta recolha, os epitáfios da região de Mértola que denunciam, pela onomástica, pelo uso do alfabeto grego para grafia do latim, ser possível de assinalar a existência de uma comunidade cristã de origens orientais (ou tratar-se-á de comunidades orientais que se cristianizaram?), (cf. 58, p. 147 epitáfio de Eutiques; p. 148-151, nº 59-61 epitáfios sem nome) informação corroborada pela onomástica de origem grega, o que é coerente com o dinamismo e variedade de populações existente na Mértola portuária da antiguidade romana e tardia. A presença do grego nos epitáfios faz-se por via da helenização sofrida pelo latim dos cristãos. A adopção do ideograma ΙΧΘΥΣ grafado em latim, ou dos caracteres A e Ω, ou das abreviaturas de Cristo (XP, XPTO) são disso exemplo. Particulares casos de bilinguismo registam-se na mistura de léxico latino e grego comuns, como o que se verifica no epitáfio musivo de Baião, (p. 24) *Palladi, uiuas eusebios* “Paládio, que vivas piedosamente”. O epitáfio de Remisnuera, procedente de Braga e datado de 618, apresenta ainda a única ocorrência do hebdomadário religioso divulgado por S. Martinho (*secunda feria*). Perguntamo-nos se este tipo de ocorrências não poderá ser considerada mais um vestígio do contacto consistente dos hispânicos com o Oriente, na medida em que os dias da semana em grego obedecem a uma ordenação numérica, a mesma que foi adoptada pelo cristianismo e se tentou impor como disciplina de orientação temporal. Ou seja, a referência à “segunda feira” pode não ser devida ao facto de o apostolado de Martinho ter feito eco nos cristãos hispânicos, mas tão só uma tradução para latim de uma designação temporal do grego.

Um prefácio da autoria do Doutor Aires A. do Nascimento abre o volume e, em sintéticas palavras, (pp. 7-23) deixa ao leitor pistas que o

introduzem no tema da epigrafia. Pensamos que, pelo tom adoptado, se pretende o acesso a um público lato a um dos tesouros arqueológicos nacionais, “as pedras que falam”, sem, que, no entanto, fique comprometido o rigor científico. São, portanto, estas páginas construídas com esmero pedagógico e com as capacidades comunicativas que o seu autor nos habituou. Esta introdução salienta o facto de a epigrafia paleocristã testemunhar a implantação de um novo culto, sem que sejam abandonadas determinadas características, linguísticas, literárias e decorativas próprias do modo de na cultura romana se prestarem as derradeiras honras aos mortos.

Valiosa é também a análise sobre o carácter formular da linguagem epigráfica funerária, havendo cristalização e transmissão de procedimentos para as comunidades vizinhas. Seguir as semelhanças adoptadas na escrita dos epitáfios pode, por isso, indiciar o tipo de comunidades que os produziam e os eixos principais de comunicação entre elas. As observações que as autoras registam a propósito de cada epitáfio dão disso mesmo conta, isto é, das características e da recorrência destas noutras peças. Salientamos também, da introdução do autor, a referência à linguagem presente nos epitáfios, não obstante o seu carácter formular e submetido a automatismos, como testemunho da mudança de mentalidades e de mundividência entre os falantes de latim. Esse é um dos motivos que permite destacar a utilidade desta obra: uma recolha exhaustiva, de informação rigorosa, mas que não esgota as análises que podem ser feitas, de âmbito multidisciplinar, ao corpus reunido. Temos, portanto, neste volume, a celebrar a divulgação de um instrumento sólido e rigoroso de trabalho, produto de um centro de investigação português. Estão pois, de parabéns, os seus promotores.

Mencionamos dois aspectos que nos parecem discutíveis: esta edição não dispõe de um índice de matérias, o que deixa o leitor entregue a si próprio no folhear da riqueza informativa da publicação. Por outro lado, o “paleocristianismo” é uma categoria artística que, ao que saiba, não se estende até ao séc. VII.

PAULA BARATA DIAS (Universidade de Coimbra)

FERNÁNDEZ UBIÑA, José y MARCOS, Mar (eds.), *Liberdad e intolerancia religiosa en el Imperio romano*, Ilu. Revista de las religiones. Anejos. Serie de monografías, Anejo XVIII-2007, Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007, 284 pp. ISBN: 978-84-669-3051-2

Este volume colectivo reúne os resultados de um conjunto de projectos, financiados pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia espanhóis e pelo FEDER, a que se propuseram os editores e as Universidades a que pertencem, respectivamente, a professora Mar Marcos, pela Universidade da Cantábria, e José Fernández Ubiña, pela Universidade de Granada.

Como bem destacam estes coordenadores nas breves páginas de prefácio que precedem os trabalhos (pp. 7-10), este livro vem ao encontro da actualidade do tema da liberdade e da convivência religiosas, sob o pressuposto de que reflectir sobre estas realidades, tal como influíram no império romano, podem contribuir para a compreensão de fenómenos semelhantes e dos problemas das sociedades contemporâneas, caracterizadas, tal como o mundo romano imperial, pelo do estreitamento das distâncias e dos factores geográficos, pela globalização e pela diversidade multiétnica.

Esta breve introdução estabelece uma rigorosa panorâmica das conclusões dos trabalhos desenvolvidos. Fica, contudo, empobrecida, no nosso entender, pela ausência de explicitação da propriedade com que aqui se empregam termos axiais para todos os estudos, e que hoje têm sido aclarados pelos estudos sociais: tolerância, intolerância, coexistência, conflito, convivência e exclusão, liberdade religiosa e opressão são dicotomias que, aplicadas ao domínio da diversidade cultural própria de uma *kosmopolis* (seja o império romano dos sécs. I-V, seja o mundo actual), se revestem já de uma reflexão académica, havendo sempre o risco de, ao utilizar suportes teóricos cujos termos se consolidaram na actualidade, se produzirem anacronismos. Neste contexto, o propósito de estabelecer pontes com a realidade complexa do mundo actual fica um pouco comprometido (ou adiado, atendendo a que esta publicação pode constituir uma etapa de um projecto a continuar), pela ausência de um suporte teórico que legitime tal atitude.

Os organizadores assinalam, no prefácio, a delicadeza de “en qué medida es metodológica y científicamente apropiado trasladar a la sociedad

imperial los conceptos modernos de libertad y tolerância religiosas”, e pensamos que o estudo de Mar Marcos presente neste volume, riquíssimo de informação e sob muitos aspectos notável, ao contrário do que se alude, não preenche esta lacuna epistemológica e metodológica. Teria sido, portanto, interessante que a introdução tivesse atendido à matização destes conceitos.

Acresce o facto de o emprego dos termos em análise pelos agentes documentados na obra (judeus, cristãos, membros de heterodoxias cristãs, politeístas) ter sido alvo de uma utilização parcial, emocionalmente envolvida e retoricamente motivada. A maioria pagã do séc. II, considerando-se verdadeira praticante de *religio*, concordaria com as vozes pagãs críticas do cristianismo que o classificaram como uma *superstitio*, interpretações estas que se invertem no final do séc. IV, com o triunfo do cristianismo. Do mesmo modo, o politeísmo greco-romano começou por apodar quer o judaísmo quer o cristianismo de se tratarem de “*sectae*”, ou cultos étnicos, de minorias pouco sociáveis, sem propósitos de integração e hostis aos propósitos comuns de estabilidade universal garantidas pela política religiosa imperial, a única que defendia a segurança do Estado e assegurava a *pax deorum*. Esta situação inverte-se quando, ao tornar-se dominante, o cristianismo se afirma como religião universal (*catholica*), e os cultos politeístas são considerados manifestações religiosas restritas, locais, e rústicas, próprias de pessoas pouco instruídas, ou seja, dos *pagani* (e Mar Marcos dá disso conta no seu artigo “La idea de libertad religiosa: p. 64). As dicotomias temáticas acima apontadas podem, portanto, ser versáteis no seu uso, e na maior parte dos casos reversíveis, conforme o nível de poder dos seus empregadores, podendo ser usadas para justificar uma agenda própria ou para denunciar a dos adversários.

As colaborações dividem-se em três secções temáticas. Numa primeira parte, sob o tema “Judaísmo y cristianismo,: perseguição, liberdade, tolerância e intolerância”, reúnem-se os estudos de José Ayaso Martínez “Espacios para la Libertad en el Judaísmo rabínico clásico” (pp. 13-25); de José Fernández Ubiña, também coordenador, José Fernández Ubiña “Razones, contradicciones e incógnitas de las persecuciones anticristianas. El testimonio de Lucas- Hechos (pp. 27-60)””; de Mar Marcos “La idea de libertad religiosa en el Imperio romano”, (pp. 61-81). Numa 2ª parte, a mais extensa, reúnem-se sob o tema “Convivencia y conflicto en la Antigüedad Tardía”, os contributos de Juana Torres “La ocupación de espacios sagrados como fuente de conflicto entre paganos y cristianos” (pp. 85-98); de Ramon Teja, “De Menute a Abukir. La suplantación cristiana de los ritos de la incubatio

en el templo de Isis en Menute (Alejandría)”; de Hugo Zurutuza “la intolerancia religiosa de Constancio II: algunas puntualizaciones sobre el exilio de los adversarios”, (pp. 115-126); de Silvia Acerbi, “Intolerancia dogmática en el siglo V: un estudio de la legislación imperial anti-herética (Cth. XVI, 5, 66-C.I.I, I, 3-Aco II, III, 3); de Purificación Ubric Rabaneda “La coexistencia religiosa en la cotidianidad de la Antigüedad Tardía”, (pp. 145-165). Na 3ª parte, surgem, sob o tema “Tolerancia e intolerancia en Hispania en la Antigüedad Tardía, as participações de Julio M. Romàn Punzón “Evidencias arqueológicas de intolerancia religiosa en la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía” (pp. 169-195); de Josep Amengual e de Margarita Orfila “Paganos, judíos y cristianos en las Baleares: documentos literarios y arqueológicos” (pp. 197-246); de Pedro Castillo Maldonado, temos “Intolerancia en el reino romano-germánico de Toledo: testimonio y utilidad de la hagiografía” (pp. 247-284), colaboração que conclui este volume temático.

Um índice temático de nomes e lugares citados e uma bibliografia selecta teriam sido de utilidade para o leitor, uma vez que os estudos parcelares não apresentam, a não ser nas notas de rodapé, a bibliografia utilizada, e se caracterizam por uma diversidade temática que torna delicada a coesão interna do volume que, na circunstância de se tratar de um volume colectivo de características multidisciplinares, deve ser complementada por complementos como índices temáticos e tábuas bibliográficas. Faltam também breves notas biográficas dos autores desta obra colectiva. Pelo conteúdo dos estudos, depreendemos a formação, investigação e docência no âmbito da filologia antiga, da história antiga, da arqueologia romana, o que só abona a favor do carácter multidisciplinar que teria presidido ao estudo do tema da intolerância e liberdade religiosas no império romano. Mas, excepto as breves notas de apresentação contidas no prefácio, fica omitida informação sobre os interesses académicos e os percursos científicos trilhados pelos autores.

Resulta evidente que, embora esse não seja um propósito assumido explicitamente no prefácio, o âmbito histórico de projecção do tema se restringe ao período tardio do império romano, aquele em que o cristianismo se tornou uma força religiosa visível e condicionante das sociedades em contacto com as expressões religiosas pagãs (Primeira Parte, a partir de Fernandez Ubiña, “Razones, contradicciones e incógnitas de las persecuciones anticristianas...”, toda a Segunda Parte) e o período da Antiguidade Tardia e do Mundo Visigótico na Hispânia (Terceira Parte).

O contacto com as religiões judaica e cristã trouxeram ao mundo romano o desafio novo de encontrarem no seu seio expressões religiosas exclusivistas. Será abusivo dizer que a religião nunca constituiu, na Antiguidade, motivação para o conflito (as Guerras Sagradas em torno do Santuário de Delfos entre o séc. V e III, a reacção do senado romano face aos cultos dionisiacos, em 187 a.C. são exemplos de conflitualidade promovida por questões religiosas), mas este era um pretexto para ambições de supremacia, ou respondiam pontualmente a um episódio. Nos casos referidos, nunca esteve presente a ilegitimidade, ou a falsidade do culto do adversário.

No seu essencial, esta atitude permaneceu, e a resposta romana face ao judaísmo e ao cristianismo foi requerida por factores externos ao próprio conteúdo do culto, nomeadamente o receio pela coesão do império. A hostilidade romana face ao judaísmo e ao cristianismo radica em múltiplos factores (a começar pelas guerras judaicas dos sécs. I a.C. e d.C., que favoreceram uma atitude de desconfiança em relação aos assuntos que tivessem a ver com a Palestina), mas sobressaem o carácter étnico dos seus cultores, o monoteísmo, o proselitismo, a recusa em participar nos rituais religiosos oficiais e no culto ao imperador. Por isso, os cristãos têm necessidade de explicar às autoridades os seus propósitos pacíficos e o seu interesse na salvaguarda da sociedade e do estado, o que explica as diferenças entre os textos cristãos dirigidos para dentro da comunidade e os que se concentram na tentativa de diálogo com os seus ouvintes externos.

Os primeiros dois artigos deste estudo são consagrados ao tema das minorias religiosas judaicas e proto-cristãs no império romano do séc. I d.C.; a Segunda Parte é dedicada ao tema da convivência e conflito na Antiguidade Tardia, tomando os estudos como fontes para análise a acção política e a legislação imperial (Zurutuza: *la intolerância religiosa de Constâncio II*, p. 115; Acerbi: “Intolerância dogmática en el siglo V...”, p. 127); e a conflitualidade religiosa no Oriente romano (Torres: “La ocupacion de espacios sagrados...”, p. 85; Teja: “De Menute a Abukir...”, p. 99).

Destaque-se o estudo de Rabaneda que, procurando debruçar-se sobre a generalidade do fenómeno da coexistência da diversidade religiosa na vida quotidiana da Antiguidade Tardia, documentou numerosos episódios de intercâmbio entre pessoas de credo diferente em pontos distintos do império romano, dados históricos que, confrontados com os textos anteriores, nos permitem antever dois comportamentos distintos face à diversidade religiosa: a actuação do Estado e das instituições, porventura o dis-

curso das elites religiosas, eclesiásticas e mesmo intelectuais (Santo Agostinho, *De Civ. Dei*, V, 24, Acerbi, op. cit., p. 143), mais rígidos e definidos quanto à regulação da diferença religiosa, e o espaço da vida quotidiana, submetido a interesses, pressões, necessidades que tornavam pragmaticamente útil não só a coexistência como a convivência, ou seja, em que o factor religioso definindo identidades, não era relevante para o agir corrente. Ou seja, há que reconhecer, e valorizar o facto de a História das Ideias poder não alinhar com os actos concretos.

O estudo da professora Mar Marcos incide sobre a emergência da ideia de liberdade religiosa no império romano, apontando os apologetas cristãos, em particular Tertuliano, no séc. II (pp. 61-62) como os pioneiros na expressão deste conceito. Reclamar a liberdade para adorar o seu Deus passa é uma aspiração que os cristãos vêem realizada, gradualmente, pelos éditos imperiais de tolerância do início do séc. IV. São, portanto, estes os dois *corpora* textuais valorizados pela autora, a apologética cristã, a contra-resposta pagã e a legislação imperial que acaba por outorgar a liberdade de culto, não como um direito natural dos homens, mas como medida de clemência e de indulgência de um imperador generoso, que considera ser esse o interesse do Estado a que preside. Como a autora bem aponta, entre a formulação do conceito e a sua aplicação pela lei situa-se uma faixa temporal relativamente breve, pois o cristianismo instalado na política imperial, particularmente após Teodósio I, produzirá uma inversão dos discursos, em que são os cultores das religiões tradicionais a reclamarem da uniformização cristã imposta pela força de lei.

Juana Torres “La ocupación de espacios sagrados...”, p. 85 e Júlio Punzon “Evidências arqueológica de intolerância religiosa...” trazem-nos novas contribuições e exemplos de uma das facetas mais dramáticas da cristianização do mundo greco-romano, que é o do conflito e da ocupação concreta dos espaços físicos concretos identificados como locais de culto religioso: santuários, templos antigos, túmulos, memoriais, ou mesmo locais de cultos rurais, como nascentes, árvores ou determinados arranjos geológicos foram, por todo o mundo romano, desde o Ocidente até ao Oriente, foram alvos da intervenção cristã, em turbas desordenadas ou mesmo com o apoio das autoridades, após Teodósio I: por mutilação da arquitectura, da estatuária e das oferendas, expulsão dos sacerdotes, destruição dos altares e demolidos ou incendiados. Estes actos podiam ser seguidos da “cristianização” destes lugares, tornando-os eremitérios e igrejas, necrópoles, santificados pela deposição de relíquias de mártires ou de homens santos.

Recordamos que este modo de agir repete, de algum modo, o comportamento ancestral em que, quando dois povos se envolviam em guerra, os deuses respectivos também se envolviam em conflito uns com os outros, e o povo que vencesse veria os seus deuses expulsar a divindade políade do povo vencido. Integrava-se portanto nos rituais de *victoria* sobre o adversário. Recordamos também, nos poemas homéricos e na tragédia grega, os episódios de impiedade religiosa que passam pela destruição dos locais sagrados do vencido. De algum modo, o cristianismo reproduz, neste comportamento, uma mentalidade profundamente conservadora face à religião, embora sobressaia pela dimensão e pelo carácter sistemático deste combate aos ídolos. O primeiro texto estuda as ocorrências e as motivações para estes actos, servindo-se, sobretudo, da *Historia Ecclesiastica* de Sozómeno, da *Vida de Constantino* e das *Biografias de Santos*.

O segundo texto analisa a dimensão do fenómeno na Península Ibérica durante a Antiguidade Tardia, estudando sobretudo as *uillae* em que se documentam quer o período pagão quer o período cristão. Para as cidades, o autor fala da ocupação pelo cristianismo de estruturas da administração civil romana (Tróia em Setúbal, Conímbriga, Mértola, Barcelona, Valência, Sevilha (pp. 171-175). O A. fala da ocupação por necrópoles ou igrejas cristãs de *uillae* anteriormente abandonadas (pp. 176-182), destacando-se a região a Oeste de Mérida e a Bética (ver p. 190). A legislação imperial de Arcádio e Honório acolhida no CTH procura prevenir e condenar a destruição de lugares conotados com o paganismo, (circos, termas, anfiteatros, mas também edifícios administrativos e templos), alegando (p. 186), por motivos de salvaguarda do património do Estado e pela preservação da ordem pública. Ora a necessidade destas leis vem indicar que o fenómeno existia, e que as cidades do séc. IV e V eram palco de competição entre grupos religiosos cristãos e pagãos pelo direito a ocupar o espaço. A *Vida de S. Martinho* de Sulpício Severo atesta a importância do combate ao paganismo feito por esta violência sobre os locais pagãos, dirigida pelo Bispo de Tours. Também se Conhecem, e têm-se estudado estas ocorrências na populosa parte oriental do império. Este é, contudo, um estudo que aborda uma realidade própria do Ocidente, e da Península Ibérica segundo uma perspectiva arqueológica. As conclusões do autor, de certo modo, permitem matizar o título adoptado por este trabalho “no existen prácticamente muestras violentas de intolerância religiosa entre las diferentes confesiones que convivieron en la Hispânia Tardia”.

De facto, lido o seu interessante trabalho, somos mais levados a pensar que a conversão de locais pagãos em cristãos teria ocorrido com menor sobressalto do que no Oriente: fosse porque eram ocupados locais anteriormente abandonados, fosse porque os ocupantes dos espaços eram os mesmos, e que, ao converterem-se ao novo culto, adaptavam o antigo espaço às antigas necessidades (um batistério num antigo templo pagão), fosse porque os edifícios públicos tivessem perdido a sua funcionalidade específica, por força de lei ou por mudança de hábitos (teatros, anfiteatros e termas), mas não o seu carácter colectivo e público.

PAULA BARATA DIAS (Universidade de Coimbra)

FERREIRA, José Ribeiro e FERREIRA, Luísa de Nazaré (coord.), *As Sete Maravilhas do Mundo Antigo*. Fontes, Fantasias, Reconstituições, Lisboa, Edições 70, 2009, 248 pp. ISBN: 978-972-44-1566-6.

Seguindo os escritos de Fílon de Bizâncio e de Antípatro de Sídon (séc. III-II a.C.), passando pelos Laterculi Alexandrini ou os textos de Heródoto, Xenofonte, Teofrasto, Políbio, Calímaco, Vitruvius, Diodoro Sículo, Estrabão, Plínio o Velho, passando por São Lucas, Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha, Ciríaco de Ancona, Ângelo Poliziano, até às *Pinaces* (1572) de Adriaen de Jonghe, com o seu ‘corpus’ de gravuras maneiristas por Maerten van Heemskerck, é notório que os homens procuraram, desde a Antiguidade, destacar a primazia das notabilidades artísticas através de uma listagem de *superiora*, “as melhores obras entre as melhores”. Engenho, talento, rigor tecnológico e científico, harmonia, fama, constituíram (e continuam a constituir) critérios de classificação desse verdadeiro “guia para os viajantes instruídos” de que falava Fílon de Bizâncio e incluía como *mirabilia* as Muralhas e o Jardim Suspenso de Babilónia, as Pirâmides de Mênfis, a escultura de Zeus por Fídias em Olímpia, o colosso de Hélios na ilha de Rodas, o Mausolo de Halicarnasso e o templo de Ártemis em Éfeso. O fascínio gerado por estas maravilhas do Mundo Antigo (do substantivo grego *thauma*, objecto admirável, e do verbo *thaumazo*, olhar com respeito e encanto) levou a que o seu elenco fosse várias vezes discutido e reformulado, até que (já com inclusão do Farol de Alexandria) a lista terá sido fixada por Adriaen de Jonghe na segunda metade do século XVI.

É este tema tão apaixonante quanto actual que mereceu à equipa coordenada desde a Universidade de Coimbra por José Ribeiro Ferreira e Luísa de Nazaré Ferreira um estudo exemplar. A partir de uma reflexão conjunta que incluiu o escopro de especialistas como Luís Manuel de Araújo, Nuno Simões Rodrigues, Maria Helena da Rocha Pereira, Rui Morais, Delfim Ferreira Leão, Vasco Gil Mantas e Paula Barata Dias, pôde nascer um notável ensaio de âmbito pluridisciplinar, que as Edições 70 acabam de dar à estampa com cuidadoso grafismo, e que surge enriquecido ademais por uma exaustiva antologia de fontes gregas e latinas sobre as maravilhas do Mundo Antigo, de consulta doravante incontornável. Lamentando-se, tão só, que tal antologia de fontes literárias não surja complementada por um elenco de fontes iconográficas sobre as sete maravilhas, sabendo-se como a arte europeia do Renascimento, do Maneirismo e do Barroco tanto privilegiou o simbolismo antigo desses temas, em pinturas, gravuras ou azulejos.

Segundo os autores deste belíssimo livro, que características conferem a um objecto o estatuto de obra-prima, de maravilha no seio do Património comum? Será o facto de se poder considerar perfeito, dos primeiros no género, de ser dotado de tal grau de qualidade e novidade que assume carácter ‘unicum’ no conjunto de produções da sua época e civilização? Luís Manuel de Araújo destaca, a respeito das pirâmides de Guiza – único testemunho remanescente dessas sete maravilhas eleitas pelos antigos –, o sublime conceito de maet, “palavra egípcia de amplo espectro humanista que significa verdade, justiça, equilíbrio, ordem, harmonia, solidariedade...” e parece reunir, juntamente com os predicados do rigor tecnológico e da fama intemporal, os requisitos qualificantes dessas apregoadas maravilhas. O princípio de identidade das ‘obras-primas’ desenvolveu-se com o Renascimento, em retoma dos códigos vitruvianos, através da literatura paragonal, dos livros de viagens e da crítica da arte, géneros que assumiram uma vertente com tónus laudatório para destacar as riquezas das regiões a partir dos monumentos, antiguidades, ruínas e obras de arte. Em Portugal, com a revalorização do conceito de Património da Humanidade, a noção de obra-prima consagra-se no Romantismo (através dos emblemáticos ‘monumentos pátrios’) em torno de casos como a Torre de Belém, a Batalha, Tomar, Jerónimos, Mafra, a Pena e outros exemplos de indiscutível valia. Em todas as civilizações foi acentuado, entre contornos de lenda e desvios de mitificação, a valência das ‘obras-primas’ domésticas, desde os monumentos da História a peças significativas do património móvel. Francisco

de Holanda, por exemplo, colocava Nuno Gonçalves entre as ‘águias’ da Pintura e elogiou os Painéis de São Vicente da Sé de Lisboa como ‘obra-prima’. Os textos dos sécs XVII-XVIII sobre Vasco Fernandes (c. 1475-1542), famoso pintor do Renascimento, destacam-no como “o grande Vasco” e põem ênfase na qualidade única (obra-prima) de quadros como o S. Pedro da Sé de Viseu, considerado “obra-mestra” e “oitava maravilha do mundo”. O fenómeno mitificador que rodeia “grandes artistas” e “obras-primas” assenta na superstição e no abuso de fontes contaminadas, mesmo quando abundam as bases gratulatórias de um reconhecimento que a investigação científica veio reconhecer como certa. Mal seria que os estudos artísticos se reconfortassem com este tipo de noção valorativa para, esquecidos os contextos, se desvalorizarem os “outros patrimónios” à luz de uma auto-menorização que deve ser sempre alvo de crítica.

O conceito de obra-prima coabita com a dimensão do mito e estratégias de constrangimento ideológico que a pesquisa da História, da Arte, da Arqueologia e da Filologia – como bem se explicita neste livro lançado pelas Edições 70 – permite dilucidar nos seus vastos contornos. De facto, o termo obra-prima continua a ser ambíguo: conceitos como ‘masterpiece’, ‘capolavoro’, ‘chef-d’oeuvre’, ‘capo-d’opera’, ‘chefe de obra’, ‘chief excellence’, ‘obra-mestra’ etc., utilizados no mundo técnico-profissional e no ensino das artes, atestam sobretudo a ideia de que se restringe a um âmbito artesanal, à competência de um mestre no seio do seu atelier. Só com o Renascimento, o termo designa as obras que, por razões de consenso na sociedade, seriam dignas de eterna admiração (cf. Walter Cahn, *Masterpieces. Chapters on the History of an Idea*, Princeton, 1979). Da obra-prima clássica para a obra-prima absoluta, a valoração evoluiu no sentido de aduzir a este estatuto problemático uma hierarquia de valores e ‘evidências’ que passou a necessitar de ‘prova’ concludente sobre o carácter ‘unicum’. Pesem os contornos de imprecisão e mistificação histórica, a noção de obra-prima interessa à História porque ajuda a explicar as circunstâncias em que arte e público chegam ao encontro revelador das liturgias destinadas a conferir durabilidade (permanência) às suas escolhas de eleição, mesmo quando vitimadas pela iconoclastia e pela desmemória dos homens.

A validação de qualidade artística da ‘obra-prima’ vai exigir uma sanção pública dos seus méritos, à luz de uma série de critérios (designadamente o da autenticidade, ratificado pelas Convenções da UNESCO em Nara e Cracóvia) que a nós, historiadores, sobremaneira interessam pois

explicam gostos, preferências e mitos das sociedades. Exemplo dado por Cahn é o Oratório de Margarida de Áustria na igreja de Brou (Ain), citado como ‘obra-prima’ por Jean Lemaire, cronista daquela princesa que chega a incluí-lo nas ‘sete maravilhas do Mundo’. A duquesa Margarida de Áustria (n. 1480-1530) foi mulher do rei Carlos VIII, de Juan de Castilha e de Filiberto o Belo, e fundou em Brou uma capela funerária com complexo programa iconográfico em torno da Couronne margaritique, elogio da Virtude. O sentido humanístico definido por Lemaire, pelo engenheiro Jean Pérral e pelos artistas (Thibaut Landry, Michel Colombe) explica a qualidade da obra de Brou, que exigia nível de ‘chef d’oeuvre’. O elogio das Dez Virtudes acentua o sentido do programa da capela, concebida como biografia imaginizada da duquesa, atestado das suas qualidades e feitos heróicos. De facto, o que torna uma obra de arte uma ‘obra-prima’? Desde a mais remota Antiguidade, passando pela Idade Média até aos nossos dias (Sete Maravilhas de Portugal, Sete Maravilhas Portuguesas no Mundo, etc.), a expressão foi utilizada com função crítica raras vezes unívoca. De um sentido mais restrito, durante a Idade Média (no âmbito de uma estrutura gremial), torna-se termo de valorização suprema aplicado aos aspectos mais elevados do engenho e actividade criadora dos homens. Assim, quando uma obra se torna bem comum indiscutido, e nos prende, como encarnação superior da habilidade, do talento, do poder de expressão de uma época ou de um dado autor, denominamo-la ‘obra-prima’.

Existiram sempre obras mais marcantes do que a maioria das contemporâneas, fosse pela novidade plástica, pelo programa narrativo, pelo significado ideológico, por um reconhecido poder de vanguardismo ou, enfim, pelo poder de síntese do que se julga fossem os ‘grandes valores’ de uma época histórica. As Maravilhas atestam um ‘unicum’ trans-contextual, com marca indelével de memorização, inesgotabilidade de impressão afectiva, código imagético aptas a enfrentar os tempos e manter incólume a sua contagiante magia. Porque há obras de arte que, efectivamente, olham para o futuro! Tal noção valorativa excepcional não pode sobrepor-se em nenhuma circunstância ao estudo integral das obras como efeito de uma leitura organizada em defesa de um olhar micro-artístico em globalidade, passível de (sem preconceitos preliminares) interpretar os fenómenos em cada contexto e época, à luz das suas especificidades. Como diz Didi-Huberman: “il y a toujours le choix entre dix manières de savoir, dix logiques d’agencement, et chaque catalogue particulier résulte d’une option – implicite ou non, consciente ou non, idéologique en tout cas – à l’égard

d'un type particulier de catégories classificatoires. (...) L'attribution et la datation elles-mêmes engagent toute une 'philosophie' – à savoir la manière de s'entendre sur ce que c'est une 'main', la paternité d'une 'invention', la régularité ou maturité d'un 'style', et tant d'autres catégories encore qui ont leur propre histoire, ont été inventées, n'ont pas toujours existé. C'est bien l'ordre du discours qui mène, en histoire de l'art, tout le jeu de la pratique" (Georges Didi-Huberman, *Devant l'image. Questions posées aux fins d'une histoire de l'art*, Paris, éd. Minuit, 1990).

Quando uma obra nos toca a sensibilidade como a mais alta encarnação do talento e do engenho, a História tendeu a denominá-la como 'obra -prima' de um dado artista ou uma dada época. Ilusão de superlativos, em que a História da Civilização dos homens encontra referências e códigos memoriais já de si cómodos, a obra-prima aspira a um ideal universal consequente, a expressão do consenso histórico, político e mesmo metafísico. Ao longo dos tempos, a obra-prima como tal eleita proclamou valores soberanos e abriu expectativas de revalorização e significação. É possível fazer-se História de Arte sem o recurso às chamadas 'obra -primas'? Ou só com o recurso às ditas 'obra -primas'? A questão tem, para os defensores de uma Micro-História da Arte, a maior pertinência: a História tradicional socorreu-se sempre de tais 'lugares de consenso' para fazer valer metodologias redutoras e formalistas, pelo que é preciso estudar o que encerra o conceito e saber descobrir-lhe as fragilidades. Só com o estudo da globalidade que se exprime em qualquer obra se atinge o conhecimento de um processo em cadeia de que todas e cada uma são parte activa. A noção de 'obra-prima' – pensada como referencial absoluto e universal – torna-se redutora e deve ser vista apenas como um dos processos de classificação que a Humanidade assumiu face ao Património perecível, consciente da necessidade de o preservar.

A obra agora lançada constitui-se como livro exemplar, que supera uma lacuna antiga na bibliografia portuguesa e também estrangeira, num temário que vem merecendo nos últimos anos, fruto das campanhas arqueológicas, novos esclarecimentos. Entre nós, registo tão-só um contributo de Maria Adelina Amorim (*Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, ed. Cosmos) ao abordar os *mirabilia* à luz das peregrinações aos Santuários da Humanidade, os itinerários das 'rotas de ouro' e especiarias com seus espantos e prodígios, as novas rotas abertas em direcção ao Oriente que "começaram a marcar lugar nas obras mais apreciadas pelo público e vão constituir um 'corpus' próprio, que, à

semelhança das tradicionais enciclopédias do Medievo, eram identificadas como *mirabilia*". Não era relevante se as viagens eram reais, se o autor era protagonista ou contador de relatos, mas o falar de coisas estranhas, "águas de vida", raças monstruosas, fontes da eterna juventude, o reino mítico de Preste João, as nascentes dos rios que conduziam ao Paraíso Terreal, "a maravilha das maravilhas". A par dessas histórias, corriam relatos sobre as sete maravilhas do mundo segundo a tradição de Antípatro. Aliando um sentido prodigioso ao mito e à tradição, os *mirabilia* marcam um estilo narrativo de glorificação que se perpetua... Recordo Umberto Eco e o seu Baudolino (trad. ed. Difel, 2002) e o conselho de Otão de Frisinga ao protagonista: "Ouvi-te inventar muitas histórias em que o Imperador acreditava. Portanto, se não tiveres outras notícias deste reino, inventa-as. Atenção, não te peço para testemunhares o que consideras falso, que seria pecado, mas que testemunhes falsamente o que julgares verdadeiro – o que é acção virtuosa por suprir a falta de provas sobre alguma coisa que certamente existiu ou que aconteceu".

O conceito de Maravilha tão bem historiado neste livro das Edições 70 está ligado também, naturalmente, ao conceito de imortalidade no seu sentido metafórico que remete para valores simbólicos de arquétipo. "Só uma externa simplicidade aliada a uma profunda carga metafórica farão que uma obra de arte perdure na memória, isto é, no tempo", escreveu Pedro Cabrita Reis. Por tudo isso se defendeu e defende da parte de quem trabalha no campo do Património, ou de quem simplesmente o frui, um olhar integral para as obras de arte, sem estigmas de redução e/ou de mitificação, não como meros testemunhos históricos já de si datados, ou como 'obras-primas' deificadas e inacessíveis, mas como interlocutores vivos. Haverá que olhar os monumentos e obras de arte – estudadas, e como tal "explicadas", no seu contexto temporal e geográfico, estilístico e ideológico – como instrumentos eloquentes que nos revelam desejos, fascínios, anseios e memórias, sonhos, protestos, indagações e energias vitais, num sentido de criação que, com maior ou menor sucesso, procurou rasgar caminhos da comunicabilidade social.

VITOR SERRÃO (IHA-FLUL)

GARCÍA PÉREZ, David, *Prometeo. El mito del héroe y del progreso*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. ISBN: 970-32-3984-6.

O mito do deus que quis ser homem, Prometeu, conquistou e moldou o imaginário ocidental desde a Grécia do século VIII até aos nossos dias. Tendo sofrido transformações à superfície, conservou a essencialidade mítica do ponto de vista estrutural e semiótico e converteu-se no símbolo das íntimas ansiedades humanas das sociedades que lhe conferiram notoriedade literária ou icónica.

O estudo que aqui se comenta constituiu, na sua origem, uma tese de doutoramento em Literatura Comparada do investigador D. García Pérez e explora exaustivamente o contínuo – infinito, de certa forma – processo de recepção do mito do titã, tomando como referencial o relato hesiódico e considerando os tratamentos posteriores variantes desta matriz.

Suportado por uma estrutura hermenêutica tão ousada quanto interessante, parte de uma fundamentação teórica sobre a definição da área de estudos da literatura comparada e da mitologia, evocando as suas limitações e potencialidades. Na senda de H.-G. Gadamer, o A. baseia-se na mesma noção vitalista de mito, reconhecendo o seu papel enquanto agente dinamizador de uma cultura: “Una cultura sólo podría florecer en un horizonte rodeado de mito. La enfermedad del presente, la enfermedad histórica, consistiría justamente en destruir este horizonte cerrado por un exceso de historia (...)”¹.

Apresentada e justificada a metodologia, explora depois o largo espectro de análise, o tratamento da figura de Prometeu desde Hesíodo (século VIII-VII a. C.) a James Cameron (1984), partindo de um *corpus* necessariamente selectivo. Para abarcar a complexidade deste universo, o investigador divide o estudo da evolução do mito em dois tempos, a saber, a concepção clássica do Prometeu entre os séculos VIII a.C. e II d.C., analisando os vários significados na obra de quatro autores: *Trabalhos e Dias* e *Teogonia* de Hesíodo, *Prometeu Agrilhado* de Ésquilo, *Protágoras* de Platão e, finalmente, o *Diálogo dos Deuses* de Luciano (pp. 67-168). Do mesmo modo que apresenta a diversidade das visões etiológica, trágica, moral, didáctica e filosófica nas épocas arcaica e helenística da Grécia antiga, observa também as manifestações prometeicas no século XX do herói

¹ Gadamer, H.-G. (1997), *Mito y razón*, Barcelona: Paidós, p. 16.

moderno na literatura francesa da primeira metade do século XX, na obra de A. Gide, *Le Prométhée mal enchaîné*, e na de A. Camus, *L'Homme Révolté*. O percurso só termina com a recepção do mito prometeico na chamada pós-modernidade, analisando as criações de Max Fleischer e Robert Kane, respectivamente, o *Super-Homem* (1933) e o *Batman* (1939), rematando com a análise da obra de James Cameron, *Terminator I/II* (1984/1991).

Propõe-se assim a análise das diversas manifestações culturais do mito prometeico, investindo-se numa metodologia comparativa do ponto de vista semiótico. O A. identificou o seu embrião na tradição mitológica mesopotâmica, na figura de Enki do poema sumério-babilónico *Atrahasis*, que, tal como Prometeu, era uma divindade menor que se insurgiu contra um deus superior, Enlil, o equivalente sumério ao Zeus grego. Influenciado por esta figura épica, Hesíodo conferiu expressão poética ao mito prometeico estabelecendo assim um arquétipo mítico que constituiu o ponto de partida para a sua transmissão, processo que só se concluiu com o tratamento de Luciano, que terá, finalmente, cristalizado a versão que passou à posteridade. Luciano de Samosata pertence àquele número de pensadores latinos que manifestou interesse intelectual pelo pensamento grego, apresentando, por isso, uma intensa recepção dos temas gregos, tendência que contribuiu para a definição da cultura grega no Ocidente. A recuperação moderna do mito conservou os traços essenciais – caso contrário, também não o reconheceríamos –, reunindo as qualidades éticas antigas. A obra de A. Gide dista cinquenta anos da obra de A. Camus, mas apresentam várias semelhanças no tratamento: ênfase da dimensão humana e heróica de Prometeu, a exibição do absurdo – apresentar problemas ao sujeito sem solução evidente –, a noção implícita de “acto gratuito” – algo que aparece no destino dos homens de forma *autónoma*, sem razão aparente – e a acção do herói que tem como objectivo salvar o homem da vida sem sentido. Tanto um como outro problematiza o rosto da liberdade, enquanto no mito clássico este é um valor que exige obstinação, sofrimento, solidão; no entendimento destes dois autores do século XX, a liberdade é sentida como uma prisão, da qual o próprio homem se torna também vítima: “La consciencia que ata y tortura al hombre en lugar en hacerlo libre.” (p. 180). Tal como o acto de *hybris*, também o progresso revela a outra face trágica, pois se o progresso constitui uma crise, o acto que daí resulta, a *hybris*, desencandeia outro estado de crise.

Abordada a tipologia do herói moderno em Gide e Camus, o A. prossegue a sua análise já noutra esfera, a filmografia, dotada de uma

linguagem semiótica própria, mediatizada e de dimensão comercial, centrando-se nos casos do *Super-Homem* (1933) e do *Batman* (1939). O modo de representar o mito sofreu, com efeito, uma longa evolução desde a tradição oral da antiga Grécia, perpetuada pelo aedo, até à tecnologia hodierna que permitiu a reprodução mecanizada de conteúdo de carácter preponderantemente visual, onde confluem outras linguagens. Assim, enquanto que a primeira via de transmissão garantiu a vitalidade do mito pelo facto de conservar uma narrativa aberta e renovável, o segundo modo teve o efeito inverso, pois a contínua reprodução de um conteúdo idêntico inviabiliza a criação ou renovação. Contudo, o mesmo autor que os incluiu na análise problematiza, a dada altura, o estatuto de herói destas duas figuras (p. 253), revelando que têm apenas esta qualidade pela força da palavra que uma vez os rotulou como tal, já que apresentam uma natureza efémera e alimentam as ilusões das sociedades pós-industrializadas. Além disso, o herói já não tem como fim oferecer a liberdade ao homem – esta já lhe tinha sido democraticamente reconhecida –, mas salvá-lo do perigo do outro e de um sistema desumanizado, um vazio que se define pela perda de confiança no progresso ou numa ideia de justiça. A pós-modernidade é sentida como a era do vazio, no sentido lipovetskiano, da transitoriedade, e os heróis que daí emergiram correspondem a uma síntese icónica desta condição.

Quatro décadas se seguiram até que o autor identificasse uma nova manifestação do mito prometeico, a saga *Terminator* I/II (1984/1991), cujo herói é vazio do ponto de vista moral e ideológico, à imagem e semelhança da sociedade pós-moderna que o gerou. É o húmus niilista que propicia a emergência de uma máquina previamente programada como herói, projecção idealista que desresponsabiliza, à partida, o homem do pensamento e da acção, já que cede voluntariamente a sua autonomia – a mesma que outrora o movia e atirava para o abismo. Neste caso, a função do mito parece ter chegado a uma situação de impasse, pois perdeu as diversas dimensões que outrora o justificavam – a religiosa, a didáctica e a filosófica –, convertendo-se num fenómeno de massas com fins comerciais.

A linha de investigação foi desenvolvida de acordo com os objectivos iniciais, de forma exaustiva e coerente. Contudo, não podemos deixar de sentir o silêncio em relação ao *Übermensch* nietzscheano que tanto marcou o século XX do ponto de vista político, filosófico e cultural, e que constituiu, para muitos, a filosofia legitimadora das emancipações dos regimes totalitários. Não seria supérfluo referir e medir a influência da conferência *On*

Heroes (1840) do historiador e filósofo escocês Thomas Carlyle, que distingue seis tipos de heróis – o herói divindade, o profeta, o poeta, o sacerdote, o literato e o herói Rei² –, ou mencionar uma obra do seu amigo J. W. Goethe, o fragmento dramático *Prometheus* (1774), de modo a observar a forma como integram ou não a linha de recepção prometeica. Esta ausência, contudo, não afectou a clareza da análise exposta que contextualizou cada leitura mítica, nunca perdendo de vista a metodologia comparativa que permitiu produzir conhecimento novo e destacar traços inéditos e surpreendentes, dificilmente reconhecíveis se se tivesse preferido outra perspectiva de análise. Por tudo isto, o presente volume constitui, a nosso ver, um contributo pertinente, útil e interessante para diversas áreas do saber, desde os estudos clássicos, à mitologia e à filosofia política.

ÁLIA ROSA C. RODRIGUES (bolseira da FCT / CECH-UC)

GHILARDI-LUCENA, Maria Inês; OLIVEIRA, Francisco de (orgs.). *Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade*. Campinas: Alínea, 2008, 294 pp. ISBN: 9788575162569.

Ao tratar da questão da identidade, Jacques Derrida buscou desconstruí-la com o que chamou de *trouble de l'identité* [abalo da identidade]. Neste ‘quase-conceito’, o que se faz notar é a insuficiência de qualquer instância que aprioristicamente determine o eu. Assim, só será possível perceber aquilo que de fato singulariza o ‘eu’ (o ‘self’) mediante o incessante abalo deste ‘si’ por toda irredutível alteridade que no ‘mesmo’ deixa seus rastros. A proposição de Derrida – que, como tantos pensadores modernos e contemporâneos, pôs em causa a suposta naturalidade da condição subjetiva – ecoa audivelmente o *Übermensch* [além-do-homem] de Nietzsche, metáfora com a qual o pensador germânico deu a conhecer suas expectativas filosóficas quanto à superação do humano: um homem que fosse sempre travessia, nunca conformado a um ponto de chegada.

Esta perspectiva metamórfica é a que norteia o livro *Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade*, coorganizado por Maria Inês Ghilardi-Lucena (da Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e

² Carlyle, T. (2002), *Os Heróis*. Tradução Á. Ribeiro. Lisboa: Guimarães Editores.

Francisco de Oliveira (da Universidade de Coimbra), publicado no Brasil pela editora Alínea. Constante de leituras multidisciplinares realizadas por autores portugueses e sulamericanos, a coletânea consagra, num total de 17 artigos, a mútua colaboração entre o Grupo de Pesquisa Estudos do Discurso, sediado na instituição brasileira, e o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, na portuguesa. Desde o título, o livro deixa claro o seu ponto de partida – a questão da masculinidade no âmbito dos estudos de gênero –, mas busca contemplar em amplitude o problema, atravessando-o em abordagens que pensam o masculino num espectro mais largo da cultura contemporânea; o que tampouco exclui a perspectiva histórica, a auscultar as reverberações legadas pela tradição.

No capítulo inicial, Ghilardi-Lucena trata do tema “Discurso e gênero: uma questão de identidade”. A noção de identidade, conforme demonstra a autora, sofre um forte processo de desnaturalização a partir da modernidade. Tendo em vista o papel social desempenhado pelos indivíduos, o que as disciplinas contemporâneas têm observado é que, no processo histórico, estereótipos culturalmente construídos foram tidos como padrões naturais a partir dos quais os indivíduos moldavam suas próprias subjetividades. Uma vez que a perspectiva contemporânea revê a questão do eu, compreendendo-o como um complexo construto cultural, a pluralização (ou mesmo desconstrução) da ideia de identidade obriga a compreender as relações de gênero para além da dicotomia homem *versus* mulher. Abre-se margem, portanto, para discutir-se um homem que se define não só pela sua condição biológica, mas que encontra no corpo, e em suas cartografias móveis, o suporte em que experimenta sua singularidade, de maneira a encontrar um modo próprio de ser. Assim, a autora ressalta que “a masculinidade revela-se não somente nos homens, como também em mulheres, da mesma forma que a feminilidade não é exclusividade das mulheres, pois caracteriza – hoje e em tempos antigos –, também, homens, em maior ou menor grau” (p. 20).

Em sua primeira parte, o livro trata do masculino a partir de suas representações na mídia. O capítulo “Do machismo ao masculino”, de Vera Lúcia Pires e Márcia Maria Severo Ferraz, traz como subtítulo a indagação: “O vínculo das relações de gênero transformou o homem?” (p. 23). Tudo indica que sim, tendo em vista que desde os movimentos culturais que deram voz às minorias (perspectiva inaugurada pelo feminismo, mas que abriu espaço para os negros, os gays etc.) obrigaram também o homem (ou o ‘ideal’ de homem), cuja centralidade fora incontestada na tradição patriarcal,

a reposicionar-se na esfera das relações de gênero. Observam as autoras: “o conceito de gênero refere (...) muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade. Assim, noções essencialistas, universais e históricas de homem e mulher – no singular – passam a ser consideradas simplistas e contestadas” (p. 26).

Ao partir para estudos de caso, no âmbito de propagandas veiculadas em revistas, as autoras notam o quanto a mídia, de um modo geral, continua a tratar os papéis sociais de homens e mulheres (o pai, a mãe, o provedor da casa, a rainha do lar) como modelos universais, embora haja mostras de alternativas aos estereótipos. Neste sentido, embora desempenhem ainda “um papel evidentemente conservador na cultura contemporânea” (p. 36), as propagandas têm timidamente dado margem à pluralização de significações.

É também sobre as relações sociais no âmbito da comunicação de massa que se debruçam os demais estudos na primeira parte do livro. Maria Luíza Martins de Mendonça estuda a representação do homem negro na revista étnica *Raça Brasil*, observando os vínculos entre identidade e sedução. A seguir, Susana Bornéo Funck trata das pedagogias do espaço doméstico, refletindo sobre a construção de masculinidades nos quartos para meninos propagandeados em magazines de decoração. Ghilardi-Lucena escreve, nesta parte, um novo capítulo de sua autoria, debruçando-se sobre as representações do masculino em capas de revistas. Flailda Brito Garboggini, por sua vez, articula como o homem contemporâneo tratou de incorporar hábitos até aqui vinculados à vaidade feminina, o que resultou no chamado ‘metrossexual’. Julio Fernando Núñez García analisa as representações do homem na publicidade de absorventes femininos. Por fim, Márcia Fantinatti reflete sobre os tipos masculinos nas telenovelas de Benedito Ruy Barbosa.

A segunda parte do livro detém-se na construção ficcional do imaginário acerca do masculino, por meio de estudos que enfatizam as representações da masculinidade na literatura. O primeiro artigo, de José Ribeiro Ferreira, dá a pensar sobre um momento paradigmático da cultura ocidental, em que o ideal de homem passava por uma radical transmutação. Trata-se, pois, da Grécia clássica, quando a perspectiva democrática consolida o homem político, em lugar do homem titânico. Tal construção, porém, não se dá sem a aguda experiência da crise, o que fica claro no que hoje se considera como o mais frutífero sintoma cultural do século V a.C. – a tragédia ática.

O estudo de José Ribeiro Ferreira concentra-se na tragédia *Filoctetes*, composta por Sófocles em 409 a.C., que poetiza a problemática clássica em torno do *ethos* masculino. Ferreira destaca a figura de Neoptólemo, herói que, no âmbito da expedição a Tróia, interpõe-se ao conflito entre Ulisses (seu pai) e Filoctetes (protagonista do drama). Na esfera do conflito entre personagens de diferentes gerações, Neoptólemo aponta, em seu processo de individuação – que consiste em abandonar a insolência, a *hybris*, pela aquisição da *sophia*, o verdadeiro conhecimento –, uma nova perspectiva moral para o homem grego. Ao cabo deste percurso, “o filho de Aquiles já não é o jovem generoso de natureza estruturalmente honesta, mas ingênuo e inexperiente (...); agora é um indivíduo que tem ideias assentes e claras e que responde com soluções firmes” (p. 133). É conclusiva, portanto, a noção do herói masculino, de caráter hirto, como modelo de conduta racional para a humanidade, já que abre mão das desventuras decorridas da desmedida emocional: “isento de *hybris*, Neoptólemo é também modelo de consideração pelos outros e de fidelidade à palavra dada” (p. 139).

O capítulo seguinte, de Cleonice Furtado de Mendonça van Raij, também trata da tragédia; desta vez, a da tradição latina. A autora busca, assim, pensar a singularidade de Sêneca, ao imprimir em seus dramas toda uma concepção filosófica do masculino. Na sequência, Carmen Soares tece considerações acerca da construção masculina do amor pelos filhos, tal e qual depreendida da obra de Plutarco. Ana Maria Dantas Cunha de Miranda Oliveira assina o artigo que encerra a seção central do livro, no qual reflete acerca do masculino no ambiente pós-moderno, questionando a imagem do homem numa era em que se decretou o fim das grandes narrativas.

A última parte do livro concentra-se na questão das representações sociais do gênero masculino, tanto no âmbito das instituições quanto no das práticas cotidianas. Sem perder de vista a dimensão histórica, a seção começa com o estudo de Delfim F. Leão acerca dos papéis sociais desempenhados pelo homem na cidade grega. O autor busca circunscrever o que era “Ser homem na polis ateniense”, conforme deflagra, desde o título, o artigo em questão. Tomando como ponto de referência a noção de *polites* – ou seja, de um cidadão adulto, livre para desempenhar legitimamente suas responsabilidades sociais –, o autor busca diferenciar ao menos três categorias (que, do ponto de vista da lei, vão da oficialidade à criminalidade) ligadas ao masculino no âmbito da vida urbana grega: o *kyrios*, o *moichos* e o *pornos*. O *kyrios*, ou senhor da casa, designa mais

propriamente aquele cidadão que responde, no âmbito social, por um determinado *oikos*. Tal responsabilidade diz respeito, pois, tanto às pessoas quanto às posses materiais concernentes ao núcleo familiar, ao *oikos*. Trata-se, conseqüentemente, de uma noção jurídica fundamental para compreendermos o que, na história do Ocidente, designamos por patriarcalismo.

À margem das noções oficiais de *polites* e *kyrios*, Delfim F. Leão nos dá notícia do chamado *moichos*, ou adúltero sedutor, condição ligada tanto ao problema do adultério quanto ao da violência sexual. A considerar a dimensão coletiva da vida social grega, é preciso ressaltar a gravidade ética de cada delito, tendo em vista que a mácula do crime não diz respeito tão-somente ao indivíduo que o praticou, mas conspurca toda a sua casta, à qual se estende a desonra. O último dos tipos sociais masculinos identificados por Leão é o *pornos*, figura que paga forte ônus social em decorrência da prática da prostituição. Há (como até hoje) uma enorme ambigüidade em torno da prostituição, seja masculina, seja feminina. De um lado, a cidade de Atenas prevê um imposto específico para os que tomam a atividade sexual por profissão; de outro, tal prática é tida como indecorosa (equivale a uma usurpação de direitos cívicos). Conforme descreve o autor, “a penalização prevista para o prostituto era bastante dura e corresponde à *atimia*, que consiste num tipo de pena que afecta a capacidade de exercer plenamente os direitos de cidadania” (p. 204).

Nota-se, pelos modelos tomados tanto positiva quanto negativamente, como as expectativas sobre o exercício da masculinidade foram forjados e consolidados, no percurso ocidental, desde os gregos antigos. Os capítulos seguintes consistirão em estudos de Maria do Céu Fialho (“Admeto, Senhor da Casa Vazia, em *Alceste* de Eurípides”), Maria Marcelita Pereira Alves (“Considerações sobre o universo masculino”), Vera Lúcia Pereira (“O olhar e a voz na construção do discurso masculino: a questão da paternidade”), Helena Confortin (“A representação do masculino na tradição gaúcha”) e, finalmente, Antônio Ribeiro de Almeida Júnior e Oriowaldo Queda (“Trote universitário, gêneros e hierarquias sociais”).

Ao tratar da questão da masculinidade, *Representações do masculino* comprova, por um lado, que o homem esteve sempre vulnerável a um modelo identitário ao qual tinha de submeter-se. Por outro, em todos os momentos da história, em instâncias da realidade ou da ficção, a existência de indivíduos que não se adequaram aos modelos consagrados demonstra a insuficiência, a artificialidade, de qualquer exemplo a seguir. Os modelos

de gênero (masculinos ou femininos) perfeitamente consoantes às prescrições morais de seu tempo e espaço existem tão só num ideal platônico, de maneira que a liberdade para exercer o desejo parece enfim não se dar na esfera da identidade (isto é, do espelhamento em um padrão), mas na dimensão da pluralidade, daquilo que marca a diferença em face do outro. Está assim delineada a prerrogativa ética a atravessar esta interessante publicação em torno das múltiplas faces do masculino.

CLAUDIO CASTRO FILHO

JESUS, Carlos A. Martins de, *Arquíloco. Fragmentos Poéticos*, Lisboa, IN-CM, 2008, 155 pp. ISBN: 978-972-27-1673-4

Esta tradução da obra de Arquíloco proposta por Carlos Jesus e levada ao prelo pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda (coleção *Biblioteca de Autores Clássicos*) tem por principal atractivo o facto de ser pioneira. À parte os 15 poemas que a Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira dedicou ao autor na antologia *Hélade*, publicada originalmente há já 50 anos, a grande maioria dos textos, bem como uma apresentação introdutória que os enquadrasse, não estavam acessíveis ao leitor português. Tratando-se de um poeta que ousou oscilar entre a alteridade dos temas épicos (por exemplo, o *P. Oxy.* 69. 4708) e a primazia de um *eu* inquieto e especulativo, a pertinência de uma abordagem deste tipo é ainda maior.

Ainda que a obra não seja exactamente a “primeira versão na íntegra” (p. 7), já que deixa de parte os poemas cujo sentido não é reconstituível graças ao seu estado excessivamente fragmentário, ela é, sem qualquer dúvida, a primeira apresentação global deste poeta ao público leitor. Dada esta especificidade editorial, que, todavia, não invalida o valor e a pertinência académicos do livro, creio ter sido acertada a opção de excluir os textos mais fragmentários.

O livro está dividido em dois grandes blocos: uma introdução (pp. 9-39) e o conjunto dos textos traduzidos e anotados (pp. 53-143). Além disso, conta também com algumas secções mais breves, ainda que pertinentes, a saber: uma breve nota de apresentação (*In Limine*: pp. 7-8), em que o A. aflora o encaixe do livro no estado actual dos estudos sobre Arquíloco (nomeadamente algumas novidades papirológicas que introduz), bem

como alguns aspectos relacionados com a investigação que presidiu à sua concepção; uma *Nota à Tradução* (pp. 41-42), onde se abordam algumas questões de ordem metodológica, como a edição seguida (M. L. West, *Iambi et Elegi Graeci ante Alexandrum Cantati*, Oxford, Oxford University Press, 1998 – 2ª reimpr.) e os critérios que nortearam a organização dos textos, bem como a composição das notas; um conjunto de referências bibliográficas (*Indicações Bibliográficas*: pp. 43-49); finalmente, um *Apêndice Iconográfico* (pp. 145-152), respectivamente legendado.

A introdução propriamente dita está, também ela, dividida em duas secções distintas: *Vida e obra (atribuladas) de um artista* (pp. 11-25) e *A perenidade de um poeta: do século V a.C. ao Renascimento* (pp. 25-39). Antes disso, porém, o A. traça em dois parágrafos preliminares, e de um modo admiravelmente sintético, as linhas mestras da poesia de Arquíloco: a viagem, a guerra (quer de heroísmo, quer de fuga covarde pela própria vida), o amor (quase sempre carnal e violento), a introspecção, mas também a imoralidade e a obscenidade, e a invectiva aguda e nua. No fundo, recuperando as palavras do A., “tudo isso mais não é do que a vida (...). Esse o assunto dos seus versos” (p. 11).

Nessa primeira secção, o A. começa por traçar um breve conspecto biográfico de cuja leitura parece ressaltar uma interpretação autobiográfica da poesia arquiloquiana. Não se remeterá unicamente a essa vertente, mas, por vezes, os seus versos denotam, de um modo subliminar, algumas interpenetrações da vida na obra e da obra na vida. As referências a Glauco (frs. 15, 48, 105, 117 e 131³), suposto general amigo de Arquíloco, ou a suspeita quase transversal de que, em muitas ocasiões, o sujeito não será mais do que uma máscara do próprio poeta, são apenas alguns dos elementos que o A. tenta reconstituir numa espécie de “arqueologia do contexto” que, posteriormente, terá a sua continuidade nas notas que acompanham o texto. Esta inclinação para a leitura autobiográfica é confirmada no último parágrafo da introdução, quando diz: “recusamos, no que toca a Arquíloco, a total separação entre vida e obra” (p. 39). E, em meu entender, é inevitável que assim seja, pois o Período Arcaico está ainda distante de um *eu* poético autónomo e totalmente forjado *para e no* verso.

³ Visto que, à parte o papiro de Oxirrínco (*P. Oxy.* 69. 4708), todos os outros textos seguem a edição de Martin West, seria redundante referir o nome do editor a que pertence cada fragmento. Deste modo, será indicado apenas o número a que corresponde nessa mesma edição.

Posteriormente, num segundo momento (pp. 14-25), este mais vocacionado para a obra propriamente dita, o A. empreende uma sistematização dos motivos, temas, formas e intenções poéticas do *corpus*, acabando, no fundo, por desenvolver com mais pormenor as principais linhas mestras arquiloquianas que aflorara já nos primeiros dois parágrafos da introdução.

Além disso, refere também alguns dos textos que haveriam de se tornar *topoi* iluminadores de poetas subseqüentes, como a metáfora do estado como nau e o seu líder como timoneiro (frs. 105 e 106), de que o A. considera ser a mais antiga manifestação (p. 87, n.40), ou a nada heróica perda do escudo (fr. 5) que há-de fundamentar o famoso *relicta non bene parmula* horaciano. Com uma manifestação mais transversal, é também arquetípica a poética erótica de Arquíloco que servirá de gramática temática e estilística para autores posteriores como Marcial, Horácio ou Ovídio; deste âmbito abundam fragmentos sobre essa vertente mais carnal e animalesca do amor, mais propriamente do acto sexual, a cujas várias fases é dedicado um grande número de versos e metáforas várias. Não menos importante é a faceta satírica, própria do metro iâmbico, que, por vezes partindo de um fundo fabular, põe a nu de um modo cru e veemente diversas intrigas políticas e familiares; em grande parte dos casos, o alvo do aguilhão arquiloquiano é o famigerado Licambas e os membros do seu círculo pessoal.

A finalizar esta primeira parte da introdução, o A. aborda a delicada questão da inclusão do papiro de Oxirrínco (*P. Oxy.* 69. 4708) no *corpus*; argumenta a defesa desta posição ao seguir a opinião de Martin West, o qual considera que este fragmento estaria no grupo de textos a que alguns autores antigos recorriam para associar Arquíloco aos temas épicos (note-se que o texto trata de um episódio da viagem dos Gregos para Tróia). Além disso, remete o leitor para um outro título da sua autoria dedicado inteiramente a este papiro⁴, embora não refira exactamente quais foram as conclusões a que chegou nesse estudo.

Já na secção *A perenidade de um poeta: do século V a.C. ao Renascimento* (pp. 25-39), o A. traça um percurso diacrónico da recepção da poesia de Arquíloco no período compreendido entre o século V a.C. e o

⁴ JESUS, Carlos A. Martins de, “*Omnia trahunt fata*: sobre o mais recente texto atribuído a Arquíloco de Paros (*P. Oxy.*, 69. 4708. fr. 1)” in *Biblos* IV. 2^a s. (2006), pp. 399-422.

Renascimento. Começa na Antiguidade: da lírica de Píndaro, onde aparece como contraponto poético, à Comédia Antiga, no seio da qual teria sido composta uma obra de Cratino cujo enredo se desenvolvia em torno das invectivas dirigidas à família de Licambas; do Período Helenístico, durante o qual se continua e consolida, principalmente por intermédio de Calímaco, a redutora identificação dos versos arquiloquianos com o agulhão de uma vespa, à Literatura Latina, onde os *topoi* que estabelecera nos seus versos se tornam categorias poéticas de uma estética, por um lado, obscena e, por outro, satírica que veremos cultivada nos textos de Marcial, Horácio e também Ovídio. E acaba no Renascimento: de Alciato, que num dos seus *Emblemata*, forja um túmulo de Arquíloco decorado com as famosas vespas, as quais, como esclarece o A. (p. 32, n. 20), estavam associadas ao género da invectiva em geral e não a este poeta em particular, a Erasmo, que contemplou quatro *adagia* relacionados com Arquíloco e o círculo de Licambas. Tanto Alciato como Erasmo, que, ao receberem uma visão parcial da poesia de Arquíloco construída durante a Antiguidade, se tornaram “cristalizadores da lenda na sua versão renascentista” (p. 34), disseminaram este modelo pela cena intelectual europeia; um dos casos da sua recepção foi o poeta português Estêvão Rodrigues de Castro, a que o A. dedica também algumas páginas.

No que respeita à tradução, está muitíssimo cuidada e fiel ao original grego e codificada de modo uniforme e coerente, salvaguardando em absoluto a homogeneidade linguística dos vários fragmentos. Além disso, acresce a tentativa – na grande maioria dos casos conseguida – de recuperação das várias facetas do signo poético, já que, na medida do possível, replica, além do sentido, também a sintaxe e o ritmo do original, sem prejuízo da proximidade entre ambas as línguas em confronto.

O registo de linguagem escolhido pelo A., ainda que pareça arrojado, está em perfeita consonância com o que marca o texto grego, bem como o favorece ainda mais a primazia atribuída à expressividade em detrimento dos constrangimentos filológicos que muitas vezes acabam por empobrecer a versão deste tipo de composições. Por exemplo, no famoso fr. 5 (p. 58), o A. opta por verter αὐτὸν δ’ ἔξεσάωσα (v. 3) por “salvei o coiro”; à primeira vista, poderá parecer demasiado livre a tradução de αὐτόν por “coiro”, mas uma leitura conjunta dos fragmentos – imprescindível para a tradução de um só que seja – bastará para aceitar que a opção de recuperar este sentido subliminar justifica o distanciamento filológico.

Tratando-se de uma tradução, é inevitável que grande parte das opções seja discutível. Por exemplo, logo no primeiro verso do fr. 1 (p. 55), a versão de εἰμὶ δ' ἐγώ por simples “eu sou” parece deixar escapar parte do individualismo exacerbado que, em meu entender, o verso transpõe; pessoalmente, preferiria algo como “eu é que sou”, ou, por inversão, “sou eu”.

Finalmente, creio que teria sido vantajosa a inclusão dos contextos em que ocorrem os fragmentos transmitidos por outros autores; ou traduzindo-os conjuntamente, ou referindo apenas a fonte de cada um. Esta opção permitiria um enquadramento mais preciso dos textos, bem como quebraria a ilusão (legítima para o leitor menos avisado) de serem absolutamente independentes dos seus contextos.

Em suma, cumpre dizer que a importância deste poeta no cânone literário ocidental e o modo simultaneamente rigoroso e acessível como o A. o apresenta quer na introdução, quer na tradução anotada dos textos, garantem ao livro uma dupla pertinência: se, por um lado, constitui uma ferramenta académica essencial para introduzir ao estudo da poesia de Arquíloco, por outro, oferece ao leitor não especialista, mas apenas amante da literatura, a possibilidade de conhecer um dos pilares fundacionais da poesia em primeira pessoa.

RODOLFO LOPES (bolseiro da FCT / CECH-UC)

JESUS, Carlos. A. Martins, *Aristófanes, As Vespas*. 2ª edição revista. Coimbra, FESTEIA – Tema Clássico, 2009, 100 pp. ISBN: 978-972-8869-22-9.

As Vespas, poderemos entendê-la, frisa Carlos M. Jesus, como “um primeiro esforço aristofânico confesso de conciliação entre a comédia intelectual e a comédia vulgar, na busca não mais de uma novidade externa, antes de um equilíbrio entre o gosto de ambos, poeta e público” (p. 7). Peça política, faz jus à orientação definida em *Acarnenses* e *Cavaleiros* (conforme lembra C. M. J.), na sua atenção à moldura social e epocal que rodeia o enredo. Nomeadamente, na então recente ascensão de Cléon, em quem o poeta colocava o ónus da culpa pela situação vivida na *polis*. Política, ainda, “porque se debruça sobre o funcionamento das instituições demo-

cráticas da cidade” (p. 8), a comédia elege a justiça e, nela, em particular, os tribunais: o núcleo do seu cómico, “baseando a sua comicidade mais na sua falência do que na sua eficácia” (id.). Crítica acerba do funcionamento da magistratura dos tribunais, a comédia visa, com o seu tratamento dramático da questão remuneratória dos juízes, o estatuto daqueles membros da magistratura. O esquema dramático usado, esse, é o mais conducente possível à burla e ao mais desbragado humor. A obsessão dos julgamentos, a pulsão inescapável de ir a tribunal, orienta toda a peça. Filócleon ostenta o curioso vício de frequentar os tribunais, como juiz, isto é, como heliasta. O motivo crítico e o veio cómico assomam, desde logo, nos nomes das personagens centrais. Se o velho pai é Filócleon, “à letra ‘adepto de Cléon’” (p. 13), o filho é Bdelícleon, “‘o que odeia Cléon’” (id.). Conforme lembra Carlos Jesus, a oposição do filho à cisma do pai prende-se mais com a desconsideração que entende constituir a fraca remuneração dos juízes, aliada ao desprestígio decorrente do figurino adoptado naquela magistratura – para mais, “afundada na corrupção e no descrédito” (id.). “De alguma forma o cómico”, lembra M. F. S. S., advém do movimento natural da cena, em que o velho patrão se desdobra em estratégias para escapar, esbarrando na vigilância atenta do filho e dos criados⁵. Com notáveis efeitos de derrição, este simples esquema baliza as confusas peripécias que antecedem o julgamento. Notável esforço para arrancar de casa o possesso, é o do Coro dos juízes anciãos, que, despidos das suas roupagens, revelam o aguilhão de vespa, o que justifica o título da comédia, símbolo cénico do ímpeto castigador – “É agora, é agora a altura de erguer o aguilhão irritadiço com que castigamos os culpados” (p. 45). Vendo-se forçado a impedir a “parafilia” paterna, o filho giza um engenhoso plano, mediante o qual o pai seria distraído dos seus intentos, mantendo-se em casa, onde haveriam de se realizar os supostos julgamentos – “Já que gostas tanto de julgar, não vás mais ao tribunal. Fica antes cá por casa” (p. 61). No caso, o réu será um cão, acusado de roubar um queijo da Sicília. Filócleon mostra-se um juiz severo e impiedoso, apostado no veredicto de “culpado”, ainda antes de ouvidas as alegações – “Então quem é o nosso arguido? (À parte) Esse gajo há-de ser condenado!” (p. 67) Pela sua natural condição, o cão é representado por Bdelícleon; como testemunhas, os utensílios de cozinha, que fornecem momentos de cómico que realçam a oposição entre o “hieratismo” do tribunal e os prosaicos elementos que o preenchem.

⁵ M. Fátima Sousa e Silva 2007, *Ensaio sobre Aristófanes*, Lisboa

Bdelícleon acaba por ludibriar o pai, levando-o a depositar o seu voto na urna destinada à absolvição. Amofinado com a perspectiva de uma absolvição, rilhando, na sua pertinácia senil, a antiga mania, acaba por aceder, antecipando o gozo de uma vida mais tranquila, prometida pelo filho, “na presença de malta culta e finória” (p. 83). Da sua incursão estroina, é um novo Filócleon que regressa. Na linguagem, desde logo (bem transmitida, na tradução, que dá conta das modulações linguísticas, paralelas às alterações da personagem), e na postura – “Ah, ‘tá bem está, ser notificado. Vocês são mesmo cotas. Então não sabem que eu já nem posso ouvir falar em processos?” (p. 90) Metamorfose que trouxe consigo uma flautista, roubada, na estúrdia, e que o velho quer libertar da condição de escrava, para dela fazer sua amante. Da sua passeata, um rasto de queixosos: Mírtia, uma padeira cujo cesto de pão Filócleon derrubou, e que quer apresentar queixa contra ele, e um Acusador, que quer inculpar o velho por injúria. Num curioso volte-face, não só o antigo “viciado em julgamentos” (p. 12) enjeitou a antiga filia, como torna, pela sua nova brejeirice, necessários, agora sim, os julgamentos. Conforme lembra o Coro, quase a encerrar a peça, “É que não é coisa fácil pôr de parte a natureza que sempre nos acompanhou.” (p. 97)

Por certo, um dos desafios, na tradução de um poeta como Aristófanes, será – além da natural dificuldade oriunda do corpo-a-corpo entre língua de partida e de chegada, agravada, para mais, no caso de um idioma como o que se apresenta em apreço – o de dar conta da multiplicidade de registos e da ductilidade da linguagem necessariamente presentes numa comédia – como género mais próximo da realidade concreta do dia-a-dia, com tudo o que dessa condicionante advém. Aquilo a que Silk chamou “mobilidade”⁶, uma versatilidade que permite o acesso a autênticos flagrantes do que seria a realidade falada e, porventura, vivida, na Atenas de cinco séculos antes de Cristo. Desafio à altura do qual bem se mostra estar a tradução de Carlos Jesus. Releia-se, por exemplo, a entrada em cena dos dois escravos, no início da comédia, inçada de prosaísmos – “Que bicho te mordeu, meu desgraçado?” (p. 25) – e interjeições populares – “O nome do nosso velhote é Filócleon – e assenta-lhe como uma luva, caramba!” (p. 31) Uma coloquialidade gerada por forma a aproximar a cena da oralidade, é, no entanto, dada pela generalidade das personagens – “Mas, ó meu patego, a raça deles é tal, que se se irrita um desses velhotes, comportam-se como as

⁶ M.S. Silk, 2000, *Aristophanes and the Definition of Comedy*, Oxford

vespas.” (p. 37) Isto é, a riqueza e amplidão de registos – adentro de um nível de língua pautado pelo familiar e pelo calão – é transversal às classes sociais patentes na peça. No que a tradução de Carlos Jesus não recua, mesmo confrontando-se, como é frequente na comédia, com as zonas vocabulares do impropério e da vulgaridade – “Fala para aí à vontade! Há-de vir a altura em que vais baixar a bola e perceber que és um cara de cu demasiado sujo” (p. 55). O mesmo se diga dos momentos em que a comédia lança mão de expedientes cénicos, já então antiquíssimos, como o falo – “(*A flautista segura no falo de Filócleon e sobe para o estrado.*) Segura nela, isso! Mas tem cautela, que a cordinha já começa a ficar gasta. Mesmo assim, não lhe sabe nada mal ser agarrada. Vês como em boa hora te raptei, quando estavas prestes a mamar os convivas?” (p. 91)

Comédia de palavras, segundo Michael Silk, a arte do autor resultaria, de acordo, ainda, com aquele estudioso, do facto de que “o próprio Aristófanes preferia escrever o livro e deixar a produção/direcção entregue a outra pessoa”⁷. Lembre-se, aliás, o papel inestimável da comédia, no que respeita ao conhecimento que podemos ter do viver diário do ateniense do século V a.C. – para lá das classes privilegiadas, vivem, nela, as classes populares: escravos, artesãos, vendeiros. Nesse sentido, poderia destacar-se o que, lembrou um ensaísta (Jerker Blomqvist), seria possível conhecer como sociolectos, a definirem um grupo social, não só pelas suas atitudes, mas também pela sua linguagem. Factores que, no seu conjunto, contribuem para uma vertente essencial ao lidar com um texto dramático – o da passagem do texto escrito para o texto representado. No caso da tradução em apreço, a consideração dos aspectos da coloquialidade e da variação linguística, aliada ao colorido vocabular, tornam a transição de uma valência a outra eminentemente exequível. A palpitante poesia cómica de Aristófanes, toda ritmo e pulsação, torna-se, na versão de Carlos Jesus, meio caminho andado para a encenação.

Esta segunda edição de *As Vespas* surge integrada nos programas do FESTEIA – Festival de Teatro de Tema Clássico (cuja 11.^a sessão decorreu este ano, entre 28 de Abril e 26 de Julho), que, de há anos para cá, tem levado à cena uma grande variedade de peças clássicas de autores que vão de Ésquilo a Plauto, passando por Sófocles e Eurípides, Aristófanes ou Terêncio. A edição dos livros, que funcionam como bilhetes, retoma, frequentemente, edições prévias (INIC, INCM, Edições 70). No caso

⁷ id.

vertente, a edição, tradução e notas couberam a Carlos Martins Jesus (mestre pela Faculdade de Letras de Coimbra, precisamente com a tradução e estudo de *As Vespas*) cujo papel junto do referido certame tem passado, ainda, pela encenação e mesmo pela representação, no âmbito do grupo Thiasos.

HUGO PINTO SANTOS

MOLINA, Alejandro Bancalari, *Orbe Romano e Imperio Global. La Romanización desde Augusto a Caracalla*, Santiago do Chile, Editorial Universitaria, 2007, 327 pp., ilustrado. ISBN: 978 - 956 - 11 - 1974 - 1

A imagem da deusa Roma, entronizada no Capitólio de Miguel Ângelo, tão perto da Basílica de Aracoeli e do *Vitoriale*, fez-me reflectir sobre o sentido da história romana e da ascensão e queda da Cidade Eterna. Esta reflexão, como é habitual, leva ao problema maior de tentar perceber as razões da queda da Roma Antiga, e a mesma incomodidade que acompanha esta questão, pelo menos desde as tentativas de explicação de Montesquieu e de Gibbon⁸, não deixou de se fazer sentir. A estátua de Roma e o cenário que continua a reger, sugeriram-me uma resposta para estas duas questões fundamentais da civilização europeia, ou, se quisermos, ocidental⁹, atribuindo a perenidade de Roma à sua capacidade de transformação, a qual, em última análise, explica tanto a sua ascensão como a sua queda. O Império que desaparece em 476, do qual Roma já perdera a capitalidade, obriga a aceitar que esta Roma era já outra, muito diferente da que viu surgir o Império das águas ensanguentadas de Áccio. Talvez por isso foi possível falar de uma segunda e de uma terceira Roma, emanções do legado da primeira, mas muito diferentes entre si.

A obra que aqui apresentamos, sem procurar uma explicação para as causas da queda do Império, uma vez que o âmbito cronológico escolhido pelo autor não ultrapassa o governo de Caracala, trata de aspectos

⁸ Charles de Montesquieu publicou *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence* em 1734; Edward Gibbon publicou a monumental *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* entre 1734 e 1788.

⁹ Ph. Nemo, *O que é o Ocidente?*, Lisboa, 2005.

intrinsecamente relacionados com as questões referidas, constituindo um brilhante exercício sobre como o êxito pode conter os factores da própria destruição, ou, no mínimo, de uma evolução inesperada. O autor dedicou-se com entusiasmo a uma tarefa difícil, procurando fazer coincidir com o fenómeno da Romanização no Alto Império, complexo e com tempos de concretização diferenciados, os aspectos dominantes da muito falada globalização¹⁰. Bastaria a presença desta ideia, que atravessa toda a obra, para imediatamente despertar o interesse para a sua leitura, que exige concentração pela enorme quantidade de opiniões apresentadas e discutidas de forma a apoiar a tese defendida. Devo dizer que não há aqui novidade especial, pois as comparações com a civilização romana e a civilização internacional contemporânea, ainda que com sinal fortemente negativo, já se ouvem há várias décadas¹¹, constituindo um sinal dos tempos e, simultaneamente, demonstrando como as ciências históricas são sensíveis ao ambiente ideológico e económico em que se desenvolvem.

A identificação entre os factores de Romanização que Alejandro Molina enumera e os que considera fundamentos da globalização conduzem o leitor à conhecida identificação entre os EUA e o Império Romano, através da sua capacidade de projecção de forças, não apenas militares, mas também, sobretudo, culturais, ideológicas e económicas, conformando uma espécie de lugar central da globalização. Esta é uma questão particularmente sensível, exigindo extrema cautela quando se pretende estabelecer relações entre a actuação de Estados separados por dois mil anos de História, com tudo o que isso significa. Recordamos, e bastante a propósito desta outra identificação surgiu há poucos anos um polémico livro de Bryan Ward-Perkins sobre o significado civilizacional da queda do Império Romano¹², o recurso à imagem deste como paradigma da União Europeia, minimizando nesta identificação factores essenciais como a prática democrática e as características do centro político, sempre a cidade de Roma no período de que trata a obra do nosso colega chileno.

Por outro lado, e para que as aparências sejam conduzidas à sua escala e tempo reais, lembro que o período da história imperial posterior ao que Molina considera o triunfo da Romanização plena, com o governo de Caracala, em particular o que se inicia com a Tetrarquia, depois das convulsões

¹⁰ M. Waters, *Globalização*, Oeiras, 1999.

¹¹ L. Mumford, *The City in History*, Londres, 1961, pp. 229-230, 242.

¹² B. Ward-Perkins, *A queda de Roma e o fim da civilização*, Lisboa, 2006.

que marcaram profundamente o século III, assiste ao triunfo não do Estado Liberal, como seria lógico de acordo com o pensamento comparativista do autor, mas sim de um Estado Totalitário, intervencionista em todos os aspectos, completamente contrário ao que fora a regra vigente durante o Alto Império¹³. Sem querer prolongar esta reflexão sobre o perigo de criar uma história alternativa através da modernização do passado, tão na moda por razões políticas, não deparamos já, aceitando que Washington herdou o papel de Roma, com o Ocidente dividido em dois impérios, com as respectivas capitais em Bruxelas e em Washington?

A obra conta um *Prólogo*, da autoria de Cesare Leta, docente na Universidade de Pisa, com uma *Introducción* e com cinco desenvolvidos capítulos: *La Romanización como proceso histórico de larga duración: fundamentos teóricos*; *La teoría y el estudio de la Romanización: pluralidad de modelos*; *Grandes variables y factores del proceso de Romanización*; *Distintos testimonios sobre el mundo romano*; *De Roma a la Aldea Global*. Há ainda um *Apéndice*, que se ocupa das relações para além do *Limes*, significativamente abrangendo apenas as relações com a Índia e com a China, e várias páginas de *Conclusiones*. A bibliografia é muito vasta, ocupando trinta e quatro páginas, geralmente actualizada e contemplando títulos de sociologia e politologia pouco usuais em obras deste tipo. Como é natural, grande parte da bibliografia indicada é de língua italiana, castelhana e inglesa. Ocorre-me uma chamada de atenção a propósito da ausência de autores portugueses entre as obras consultadas, tanto mais que a obra alude repetidamente à Hispânia e mesmo à Lusitânia, faltando também muitas obras recentes directamente relacionadas com a província e com a sua capital. Esta ausência, que não pode deixar de se considerar preocupante, por confirmar a marginalização permanente da investigação portuguesa sobre Arqueologia e História de Roma, não é mitigada pela única referência incluída, pois alude a um colóquio cujas actas não foram publicadas¹⁴. Alguns clássicos da historiografia romana não estão incluídos na bibliografia, como sucede com *The Roman Imperial Navy*, de C. G. Starr, e o ainda muito útil *Rome Beyond Imperial Frontiers*, de Mortimer Wheeler. O volume termina com dois índices, analítico e de autores, que

¹³ P. Petit, *Histoire générale de l'Empire romain*, 3, *Le Bas-Empire*, Paris, 1974, pp. 160-187.

¹⁴ Trata-se do *II Colóquio Internacional Epigrafia, Culto e Sociedade*, que teve lugar em Sintra em 1995.

contribuem para a fácil utilização da obra. No início foram incluídos para além do índice geral, uma tábua de siglas e abreviaturas e o índice das ilustrações e dos mapas. Quanto às figuras inseridas na obra de Alejandro Molina, nem sempre possuem a qualidade gráfica desejável, mas perante as dificuldades de edição actuais não seria polido apontar esta circunstância como um factor negativo. A imagem que representa a construção de uma via romana era dispensável (fig. 36), pois mostra a estrutura da estrada de acordo com a famigerada e não provada teoria das quatro camadas de Nicolas Bergier¹⁵. Já em relação aos mapas a qualidade é francamente má, e julgo que teria valido a pena procurar conseguir melhor. A História exige sempre um suporte cartográfico eficiente. O mapa do Império Romano reflecte a expansão de Roma no final do século I, não à morte de Augusto (p. 36).

Tecerei agora breves considerações em torno de alguns pontos desta obra, desde logo importante pelas análises que inclui e pela permanente reflexão a que o leitor se sente obrigado por uma permanente dialéctica entre o presente e o passado. Alejandro Molina define o objectivo do estudo como *un exhaustivo examen teórico acerca do que és la Romanización para compreender como Roma, entre Augusto e Caracalla, pudo conformar un orbis Romanus y, del mismo modo, se convirtió en la primera “aldeia” e “imperio global” de la historia* (pp. 30-31). O conceito de Romanização tem sido debatido com muito calor, sobretudo a partir de finais do século XX. Como reacção à visão tradicional e por vezes quase romântica da Romanização, surgiram propostas alternativas e críticas¹⁶, nalguns casos, como a pretendida criouliização comentada por Molina, anacrónicas interpretações da sociedade romana à luz de realidades de outras épocas e ideologicamente marcadas. Não deixa de ser interessante constatar que muitos defensores de uma visão negativa da Romanização, frequentemente dita pós-colonial, são acérrimos partidários de uma interpretação do multiculturalismo que, afinal, reproduz aquilo que condenam na Antiguidade. Alejandro Molina consegue mover-se com habilidade neste escorregadio terreno sem nunca abdicar de uma concepção positiva da Romanização e da coincidência do processo com o fenómeno da globalização. Opta, depois

¹⁵ R. Chevallier, *Les voies romaines*, Paris, 1972, pp. 93-95.

¹⁶ D. J. Mattingly (ed.), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*, Portsmouth (USA), 1997. Muito elucidativo.

de uma longa exposição, por considerar o termo Romanização o mais adequado para identificar um processo complexo e dilatado no tempo, apesar das dificuldades que para muitos o termo implica, pela conotação imperialista e, para outros, por se tratar de uma criação intelectual: *Lo concreto es que mientras no se conciba o invente otra “palabra” para caracterizar el desarrollo multidireccional de relaciones entre Roma y las provincias, debemos continuar con tal palabra* (p. 68). Creio existir, realmente, um processo de transferência de elementos culturais e técnicos no interior do Império, produtor de uma aculturação progressiva na qual o modelo romano prevalece largamente, ainda que de início se exerça sobretudo sobre as elites provinciais. Com o tempo, a dinâmica da aculturação mudou a sociedade romana, com consequências irreversíveis e não poucas vezes traumatizantes. Como poderemos falar da Cristianização do Império sem admitir um processo de aculturação?

O entusiasmo que o autor demonstra a propósito de uma política pacífica e de integração a partir de Augusto (p. 259) suscita-me reticências. O factor domínio parece-me evidente e é tratada sem rodeios pelos ideólogos da época. Basta recordar o célebre trecho de Virgílio sobre a missão de Roma¹⁷. Se a paz foi um dos contributos maiores da Romanização, não é menos verdade que as relações entre Romanos e provinciais, sobretudo com os não privilegiados com a *civitas*, estatuto que durante o século I abrangia apenas uns 8% do total da população¹⁸, estavam longe de se orientar para a fusão igualitária, como defende o autor. Talvez por isso mesmo, a discussão em aberto sobre o significado e alcance da *Constitutio Antoniniana*, compreensível segundo os princípios populistas da política severiana, divide ainda os investigadores, cujos argumentos nem sempre parecem convincentes (pp. 133-136). É sobre os mais de 90% restantes que se desenvolvem as teses que criticam radicalmente o êxito da Romanização.

Creio que Molina teria feito bem em não diminuir as perturbações da ordem imperial, a ponto de falar de problemas menores na Judeia (p. 76), ainda que admita confrontos e a importância, essencial, do Exército (pp. 177-182). Uma questão central de tudo isto reside na determinação dos objectivos da Romanização. É evidente, como o autor sublinha, a impor-

¹⁷ Virgílio, *Aen.*, 874-853 (particularmente o verso 851: *Tu, Romano, sê atento a governar os povos com o teu poder*).

¹⁸ Os estudos demográficos são difíceis. O recenseamento de 28 a.C. registou 4063000 cidadãos, número que cresceu em 14, à morte de Augusto, para 4937000.

tância de um processo de imitação, motor da auto-romanização (pp. 77-79), mas a existência de preocupações com uma política romanizadora dos estratos baixos das sociedades provinciais parece-me algo difícil de defender. Não só contrariava o pragmatismo romano, como não estava no horizonte ideológico das classes dirigentes, itálicas ou não, durante o Alto Império, incluindo figuras como o imperador Marco Aurélio¹⁹, sugerindo que nos nos acautelemos quanto a estas interpretações. Não quer isto dizer que o êxito do Império Romano tenha sido alcançado à revelia da maioria da população, êxito que como Molina bem demonstra, não podia assentar unicamente na força militar e na exploração, como sucedeu durante quase todo o período republicano.

A interpretação do Império Romano à luz de conceitos como o *World-System* ou interpretando-o como um Império equivalente à globalização merece-me, como disse, reservas, que não se encontram no autor. Na Antiguidade os quatro grandes impérios consideravam-se todos universais e no centro do mundo. Nenhum deles era fundamental para os restantes, e bastaria isto para que qualquer comparação com a actualidade resultasse bastante forçada. Quem ousará hoje pretender que a Índia ou a China não têm interesse para o quotidiano ocidental? Molina refere-se com frequência à economia de mercado e ao liberalismo como garantes do processo romanizador (p. 146). Considero exagerada a interpretação do autor, pois enquanto que na actualidade a economia liberal assenta em teorias estabelecidas, associadas a uma filosofia política que a suporta, em Roma o liberalismo resultou da ausência de qualquer teoria económica, pelo que a intervenção estatal foi muito limitada e dirigida a aspectos de interesse estratégico.

Apenas mais algumas observações. A generalização de práticas alimentares deve ser considerada com cautela: as ânforas de azeite na Britânia ocorrem em ambientes militares ou nas *villae*²⁰. Imaginar Roma rodeada de *bidonvilles* não me parece correcto (p. 198), considerando, por exemplo, o *Subura* no centro da cidade²¹. A propósito dos primórdios do culto imperial, para além da epígrafe de *Gytheion* (p. 184), o autor poderia

¹⁹ Os *Pensamentos* não permitem dúvidas quanto à sua atitude: P. Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, pp. 160-161.

²⁰ C. C. Monfort, *Britannia and the imports of Baetican and Lusitanian amphorae*, *Journal of Iberian Archaeology*, Vol.0, 1998, pp. 159-170.

²¹ L. Homo, *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, Paris, 1970, pp. 115-119, 482-484.

ter incluído outra de Lisboa (*CIL* II 194), bastante significativa. Muito merecedora de atenção é a *imitatio Alexandri* (pp. 243-253) e o falhanço da política oriental de Roma, custosa sob todos os aspectos. A renúncia à Germânia, após o desastre de Teutoburgo, há dois mil anos, foi mais importante para o Ocidente do que as obstinadas tentativas orientais de um Império que, transformando-se e afastando-se gradualmente da concepção própria da cidade antiga, perdeu a energia e a vontade de fazer história²². Por aquilo com que concordo e por aquilo com que discordo, considero muito pertinente a leitura desta obra de Alejandro Bancalari Molina.

VASCO GIL MANTAS (Universidade de Coimbra)

RODRÍGUEZ ALFAGEME, Ignacio, *Aristófanes: escena y comedia*, Madrid, Editorial Complutense, 2008, 421 pp. ISBN: 9788474919325

Os estudos sobre Comédia Grega Antiga e sobre aquele que constitui o seu principal testemunho, Aristófanes, passam a dispor de um título recente, de clara valia para os que se interessam pelo assunto. Refiro-me não só aos estudiosos de teatro grego provenientes dos Estudos Clássicos, mas também àqueles que se situam no âmbito dos Estudos Teatrais ou na execução prática da representação. De há muito conhecido pelos seus estudos sobre teatro grego, sobretudo cómico, Alfageme sistematiza e aprofunda, neste seu livro, resultados obtidos durante anos de investigação e de troca de opiniões com outros especialistas. De facto, uma das qualidades que importa sublinhar é a amplitude da bibliografia consultada, que permite uma visão diacrónica do progresso feito neste campo, como a identificação das questões mais polémicas que têm, a partir do séc. XIX, dividido opiniões. Deste percurso é imagem a longa e bem documentada bibliografia geral que encerra o volume. Por isso, este estudo aparece, antes de mais, como uma sistematização crítica e actualizada da erudição sobre Comédia Antiga e Aristófanes.

Uma simples consulta do índice é reveladora da hierarquia das opções tomadas pelo Autor. Ao longo de sete dezenas de páginas introdutórias, as questões ligadas ao género cómico e à produção de Aristófanes repartem-

²² Todos os povos têm História, passiva para uns, activa para outros (*die Geschichten machen*), de acordo com o conceito alemão.

se em duas perspectivas essenciais: aspectos cénicos e elementos literários. A própria ordenação das matérias não deixa dúvidas sobre a prioridade assumida: a de valorizar os problemas cénicos sobre a tradicional vantagem dada ao texto.

Na sua abordagem, Alfageme começa por regressar à discussão de conceitos dramáticos, o de *opsis* por exemplo, num propósito de se abrir a uma diacronia mais ampla, que se vale do recurso frequente à teoria aristotélica, sem perder de vista passos importantes dados pelos modernos teorizadores teatrais, no que se refere à concepção do espectáculo. Sem prejuízo de considerações de natureza mais teórica, este estudo global envereda por uma análise detalhada dos recursos de cena, como dança / coro, movimento / actores, ritmo da acção, caracterização, em termos de vestuário e máscaras, dos intervenientes. Aspectos particularmente controversos, como o possível envolvimento directo do poeta na representação, o número de portas disponíveis no cenário, a gestão do tempo e do espaço na comédia, são tratadas com minúcia, a partir de um confronto de depoimentos alargados. Além do recurso ao testemunho arqueológico, técnico e cultural, tratados com particular rigor no que se refere à flutuação diacrónica, o que o Autor chama ‘cenografia verbal’ ou seja, a informação incorporada no texto, abre um amplo espectro de testemunhos, na busca da resposta autorizada a um eterno desafio: a que linhas e preferências obedecia a representação daquelas peças que continuam a ser, para nós, hoje em dia sobretudo ‘textos’? É de louvar a sobriedade que Alfageme coloca na avaliação dos recursos materiais que caracterizam o cenário e a forma sensível como sublinha a tendência para a abstracção, auxiliada por uma conviência ou convenção entre poeta e audiência. É aliás interessante a presença que o público, o grande ausente na consideração moderna da dinâmica teatral antiga, tem neste estudo, de acordo com a noção clara da sua interferência nos objectivos e execução do espectáculo. Uma alusão rápida se impõe ao conjunto de imagens, fotografias de materiais ilustrativos ou de esquemas, que apoiam, com utilidade, a teorização desenvolvida.

A partir da p. 60, o estudo introdutório volta-se para a forma literária das comédias. Partindo da sensação de falta de coesão que parece própria da índole do género, Alfageme regressa à definição das partes tradicionais do esquema dramático, fazendo uma aproximação útil entre tragédia e comédia. Cada uma das suas componentes elementares – prólogo, agôn, parábase, cenas iâmbicas e êxodo – é avaliada na sua configuração dramática e formal, e definidas as suas funções e estratégias específicas. Às

etapas sucessivas do esquema, o estudioso soma a discussão da ideia mais global de ‘duas partes’ (pp. 61-62, 69), pré e pós parábase, que permitem uma outra visão mais alargada da dinâmica de fundo que preside ao conjunto, na reavaliação de sugestões que ascendem aos primeiros anos do séc. XX.

Somando os dois planos por que desenvolve a sua introdução, o Autor aborda, em correlação, o que chama unidade de acção cénica – cada cena – e unidade de acção dramática ou textual, que se combinam no que pode chamar-se ‘situação’. A análise da execução em causa nestas duas unidades constitui uma forma estimulante – e quiçá até menos explorada – de promover o nexos entre os dois planos de cada peça, a concepção literária e a transposição cénica.

Após o estudo introdutório, o Autor executa uma averiguação peça a peça, de acordo com os critérios antes definidos sobre o que seja ‘cena’ ou ‘sequência de cenas’. Trata-se, portanto, de uma metodologia que assenta na construção ou estrutura dramática e sua repercussão cénica. São materiais valorizados as rubricas de cena, colhidas do próprio texto, que abonam a movimentação executada; o número de versos envolvido em cada unidade, que produza um efeito geral de uma certa proporção; fórmulas que estabeleçam a marcação clara do início e fecho de cada unidade cénica. A inclusão de esquemas permite visualizar, de modo sistemático, o resultado de uma análise minuciosa e eminentemente técnica.

Um capítulo final de conclusões entrelaça os elementos usados de modo a valorizar, como Alfageme sublinha (p. 365), ‘as complexas relações que se estabelecem entre as cenas (a parte espectacular da obra de teatro) com a acção dramática’, como também ‘uma série de estratégias comuns’, que se repetem em diferentes peças.

Em conclusão, este é um livro que espelha uma reflexão amadurecida das questões suscitadas sobre a Comédia Grega Antiga e que sobretudo faz o percurso diacrónico das teorias emitidas, sobre que exerce uma avaliação crítica. A este, que considero um dos seus méritos principais, junta-se o de harmonizar as duas faces do fenómeno, a literária e a cénica, que tendem, com frequência, a manter-se divorciadas e motivadoras de estudos em separado. Quando, obviamente, são indissociáveis e mutuamente condicionadoras.

MARIA DE FÁTIMA SILVA (Universidade de Coimbra)

ROSSETTI, Livio, *I “sophoi” di Elea: Parmenide e Zenone*, Bari, Levante Editori, 2009, 48 pp. (+ 30 p. Appendice iconografica, a cura di Francesco de Martino). ISBN: 8879495046

Con questo saggio, breve ma denso e gustoso, Livio Rossetti, professore presso l’Università di Perugia e direttore scientifico di *Eleatica*²³, vale a dire l’appuntamento annuale nel Complesso Alario di Ascea (Salerno), ci introduce alla filosofia delle due grandi personalità native di Elea, Parmenide e Zenone.

Conoscere lo sviluppo del pensiero degli uomini non può essere disgiunto dall’ambiente in cui essi sono nati e hanno vissuto; per questo motivo il Rossetti ha inteso, con questa “guida scientifica” di Elea (Ascea Marina, Velia, Elea o prima ancora Yele) accogliere il visitatore, “che viene qui quasi in pellegrinaggio”, soffermandosi sugli scavi, che hanno portato alla luce importanti documenti relativi non solo ai filosofi di Elea, ma anche alla storia della città stessa (p. 9). Che si tratti di un allievo, di uno studente, di un ricercatore, di un professore di filosofia o anche di un semplice amante della filosofia greca antica, il visitatore entra in questa vera *polis* i cui cittadini erano orgogliosi di appartenervi, come pure si vantavano della loro cultura e della famosa scuola di medicina che vi aveva sede. Gli abitanti di quest’antica colonia greca dei Focei, secondo Erodoto²⁴, furono costretti a partire dalle coste della Ionia e finirono per stabilirsi definitivamente, dopo grandi sventure, ad Elea, nel VI secolo a.C.

Parmenide nacque ad Elea e fu allievo di Senofane di Colofone, saggio poeta conviviale il quale, dopo aver a lungo viaggiato per tutta la Grecia, vi si stabilì e scrisse un poema *Peri physeos*, in cui illustrava i “segreti” della natura (p. 16). Parmenide scrisse anch’egli un poema dal titolo *Peri physeos*, molto probabilmente a imitazione del suo maestro.

²³ Appuntamento annuale che ha luogo sotto la direzione di Livio Rossetti ed è costituito da tre lezioni magistrali che hanno come tema la filosofia presocratica e segnatamente la filosofia eleatica. Nel 2008 è uscito il volume relativo ad *Eleatica 2006*: N.-L. Cordero et al., *Parmenide scienziato?* (Sankt Augustin, Academia Verlag), che dà voce anche a un vasto dibattito, con interventi di G. Cerri, F. Gambetti, A. Hermann, M. Pulpito, C. Robbiano, L. Rossetti e A. Wacziarg. Volumi analoghi sono previsti per le successive edizioni di *Eleatica* con lezioni di M. Laura Gemelli Marciano (Univ. Zürich) nel 2007, Jonathan Barnes (Sorbonne, Paris) nel 2009 e A. P. D. Mourelatos (Univ. Texas at Austin) nel 2010.

²⁴ *Storie*, Libro I, 163-168.

La sezione dedicata a Parmenide (pp. 19-35) si apre con il capitolo: “Parmenide, Dante e ... un'autentica colonna sonora”. È evidente che questo originale raffronto tra i due poeti colpisce subito il lettore, perché sembrerebbe che Dante abbia inconsapevolmente imitato Parmenide, all'inizio del suo poema. Dante, che al principio della sua narrazione, senza alcun preambolo, dichiara di essersi trovato, a trentacinque anni di età, in una selva oscura, avendo smarrito la diritta via, ricorda il *kouros* di Parmenide che viene portato su un carro trainato da cavalle. Questo raffronto, tuttavia, facilita enormemente il lettore italiano che cerchi di afferrare il senso del poema parmenideo, poiché gli offre la possibilità di partire da un punto di riferimento a lui molto familiare (il primo canto dell'*Inferno* di Dante) con un unico scopo: quello di ravvicinare il pensiero dei due poeti, che al principio dei loro poemi si trovano entrambi in uno stato di sonno o dormiveglia. Di seguito, ma sempre nello stesso capitolo, l'autore propone un'idea sorprendente e innovatrice per l'interpretazione del poema: quella di cogliere tutti i rumori custoditi nei periodi del proemio per trasformarli, attraverso le immagini descritte a parole, in suoni reali, che scuotano la fantasia del lettore. Ma vi è di più; perché accanto alle immagini descritte dal poeta eleata, accanto alla via descritta con le sue parole, vi è la vera *polis* di Elea. Si tratta cioè della città che gli scavi hanno riportato alla luce; ed è appunto della strada che porta verso il portico dell'acropoli, che pare parlare Parmenide durante il suo viaggio fantastico. E così, da questo avvicinamento tra l'archeologia e la filosofia si coglie fino a che punto queste due scienze coesistano e dipendano l'una dall'altra.

Il Rossetti, senza stancare il lettore, procede a una rapida ma fruttuosa analisi dell'essere parmenideo, adottando uno stile inconsueto, non tanto tecnico, pensato per le esigenze della comprensione orale; e pur trattandosi di un testo scientifico, l'uso della forma del dialogo vivacizza il ritmo della lettura e tiene sempre sollecito l'interesse del lettore/visitatore.

Nello stesso modo il R. arriva al capitolo successivo, dal titolo “Passiamo al secondo logos”, in cui si illustra il motivo per cui la dea, dopo avere mostrato al poeta la strada della verità, successivamente lo guida per rivelargli la strada dell'opinione. E mentre la prima strada, quella dell'essere, è caratterizzata dalla stabilità, l'altra, la strada dell'opinione, è caratterizzata dalla molteplicità (p. 26). Riferendosi alla sezione dedicata ai corpi celesti, il Rossetti sottolinea con cura l'originalità del discorso della dea, la quale enumera, in una sorta di indice, i fenomeni celesti. Inserire un indice nei

libri, sottolinea l'autore, è una novità che appare soltanto durante l'età ellenistica. Qui Parmenide sembra toccare il problema dell'isolamento della terra nello spazio e definisce la divisione della terra in zone (cap. "Un modo creativo di rappresentarsi il cosmo", pp. 27-30). Questa originalità del pensiero antico si ritrova per la prima volta presso le scuole italiche, dato che un secolo dopo Anassagora la ignorava, Socrate ne dubitava e Platone medesimo non l'accettò che in uno stadio avanzato delle sue riflessioni sulla costituzione dell'Universo²⁵.

Nel capitolo successivo, "Un'idea di Popper" (pp. 31-35), il Rossetti afferma che Popper²⁶ potrebbe aver completamente penetrato il pensiero di Parmenide, dal momento che spiega la *doxa* attraverso le fasi della luna, così come essa è vista dalla terra. Ciò sembra molto probabile, in quanto Cicerone, negli *Academica*²⁷, descrive la forma della terra ma analizza anche il termine *probabile*, al quale si riferisce pure Popper. È possibile che Popper si sia ispirato allo studio di quest'opera ciceroniana per sostenere la sua tesi sui concetti dell'*aletheia* e della *doxa* di Parmenide.

Il capitolo "Parmenide medico" (pp. 32-33) riporta alla domanda, posta di frequente, "Parmenide fisico o medico?", un dibattito aperto da tanti anni e che pone l'accento sul modo in cui il filosofo passava dall'astrologia alla fisiologia umana. Il Rossetti sottolinea a ragione che, tenendo come punto di partenza non solo i frammenti parmenidei del poema che si riferiscono alla fecondazione e alla procreazione, ma anche i risultati degli scavi che hanno portato alla luce iscrizioni con il nome di Parmenide come *Ouliades*, si può affermare che il filosofo fu anche un medico-fisico, un'*ouliades physikos*. Seguendo il pensiero di G. Calogero²⁸, Parmenide non è un *physikos* nel senso aristotelico (anzi, in tal senso lo era solo secondariamente); è piuttosto un *physikos-Ouliades*, cioè un "naturalista risanatore", in quanto si occupò non solo del puro *eon*, ma anche delle singole realtà dell'esperienza, e se ne era occupato dapprima come medico, a quanto risulta anche dai frammenti superstiti.

²⁵ Cf. A. FRESCA, in *Atti del V convegno di studi sulla Magna Grecia*, Napoli, L'arte tipografica, 1966, pp. 165-169 (p. 164).

²⁶ K. R. POPPER, *The World of Parmenides. Essays in Presocratic Enlightenment*, London, Routledge, 1988.

²⁷ *Academica*, II, 37, 11. V. anche *Acad.*, II, 32, 104 e fr 19 in AUGUSTIN., *C. Acad.*, II, 26.

²⁸ Cf. Filosofia e Medicina in Parmenide, in *Atti del 5° convegno di studi sulla Magna Grecia*, Napoli, L'arte tipografica, 1966, pp. 69-71 (p.70).

Nell'ultimo capitolo su Parmenide, "Lo straordinario successo di Parmenide" (pp. 33-35), l'autore insiste sul fenomeno del pensiero parmenideo, che fin dall'antichità suscitò infiniti dibattiti. È proprio con Parmenide che lo spirito greco si allontana dall'identificazione del Dio con la Natura, per dirigersi verso quel razionalismo completo (*panlogismo*) che si ritrova per la prima volta nell'opera dell'Eleata. Così, dai principi materiali di Talete e di Anassimene, dell'acqua e dell'aria, il pensiero filosofico risale verso i principi intelligibili: il numero secondo i Pitagorici, il Logos secondo Eraclito, l'essere secondo Parmenide, gli atomi secondo Democrito. E questi principi, alle volte opposti tra loro, hanno un carattere identico, diremmo un'affinità fondamentale, l'intelligibilità. Per quanto riguarda Parmenide, si tratta della nozione della verità (*aletheia*), la verità della ragione che è impossibile cercare nel molteplice, cioè nel mondo sensibile. Tenendo conto del successo e dell'effetto che la filosofia parmenidea suscitò nel pensiero dei filosofi a lui posteriori e soprattutto in Platone, il Rossetti sottolinea appunto che il filosofo di Elea seppe raccogliere col dinamismo del suo pensiero tutti gli spiriti geniali del V secolo, dispersi in gran parte del Mediterraneo, realizzando una sorta di prima "Repubblica delle Lettere" o la prima "globalizzazione" tra intellettuali.

La sezione su Zenone (pp. 37-46) introduce il lettore al pensiero del discepolo e concittadino. Il Rossetti procede, con lo stesso piacevole stile di scrittura, all'analisi dei motivi che condussero il filosofo a inventare circa quaranta paradossi, appunto per indicare come anche nel mondo fisico, apparentemente logico, esistano delle assurdità. Basta pensare alla teoria dell'essere del maestro, apparentemente assurda, per arrivare finalmente alla ragione assoluta, spogliata dalle apparenze superficiali (p. 41).

Zenone non ha voluto fornire la soluzione dei suoi quesiti. Ha voluto soltanto stimolare l'intelletto del lettore, affinché questi possa arrivare a una soluzione logica. I suoi "paradossi" (che sia Achille e la tartaruga, la freccia che si muove oppure rimane immobile, oppure ancora la questione dell'esistenza dello spazio) richiedono però un approccio rigoroso, la ricerca di una soluzione tutt'altro che alla leggera. Si deve studiare Zenone per potere rispondere alle sue sfide intellettuali. Siamo noi a rispondere ai problemi posti dal filosofo. E mentre Parmenide ha voluto istruire il lettore, presentandogli la via della verità, Zenone non assume mai questa attitudine, dichiara il Rossetti (p. 45). Volendo adesso tratteggiare il discepolo, si può dire che è l'unico ad avere lasciato libero il pensiero del lettore, perché

trovi da sé la soluzione dei suoi quesiti. Ciò che prevale però, sottolinea infine il Rossetti, è il dinamismo intellettuale di questi due filosofi, che accende perfino oggi incessanti dibattiti filosofici (p. 46).

Dopo i riferimenti bibliografici (pp. 47-48), il libro presenta un'appendice iconografica, realizzata dal Professor Francesco De Martino con l'assistenza di Elisabetta Floreano e di Tiziana Gubbiotti, in cui sono raccolte testimonianze antiche e, più numerose, moderne della fortuna dei filosofi di Elea-Velia e dei "paradossi" zenoniani²⁹. Oltre all'affresco con Zenone di Santa Maria Novella (fig. p. 50), il libro offre al visitatore/lettore una serie di cartine sia geografiche, sia topografiche, fotografie degli scavi della città di Elea, ritratti dei due filosofi, per finire con i fumetti ispirati ai paradossi zenoniani. Il Rossetti ha saputo regalare al lettore/visitatore dell'antica Elea un libro davvero utile, una guida scientifica e un manuale indispensabile a chi voglia conoscere, pensare, comunicare con gli Eleati, passeggiare negli scavi e passeggiando, magari, provare a risolvere qualcuno dei paradossi zenoniani.

MARIA PROTOPAPAS-MARNELI (Atenas)

PIMENTEL, Manuel Cândido, *De Chronos a Kairós. Caminhos filosóficos do Padre António Vieira*, Aparecida, Ideias & Letras, 2008, 102 pp. ISBN: 978-85-7698-015-5.

Do terceiro centenário do P. António Vieira, celebrado em 1997, o autor herdou a semente de um 'fecundo diálogo meditativo'-como ele lhe chama- com a obra do célebre jesuíta. O tema desse diálogo: a sua concepção filosófica e teológica do tempo. A ocasião do quarto centenário do nascimento do célebre jesuíta viria proporcionar a redacção deste livro em que o autor, atraído pela problemática do tempo, nos apresenta uma leitura filosófica da obra do Padre António Vieira.

O primeiro capítulo, informa o autor, é introdutório e apenas visa fornecer os dados necessários a uma compreensão histórica do que nos capítulos seguintes se trata. Diz o autor ainda que o leitor informado pode 'saltar' essa introdução, mas a verdade é que a sua leitura é não só deveras

²⁹ . Francesco de MARTINO, Andavano e non sapean dove, p. 51 del medesimo libro.

agradável como útil, na medida em que constitui não pequeno instrumento hermenêutico dos restantes capítulos. A própria selecção e apresentação dos dados biográficos vieirinos apresentados nesta ‘introdução’ (que revela da parte do autor um conhecimento do missionário, do diplomata, bem como do réu da Inquisição) ajudarão o leitor a compreender aquela leitura filosófica da obra vieirina que o autor apresenta nos capítulos seguintes porque feitas em função dela.

Os três capítulos que se seguem cruzam-se sob a interpretação do pensamento profético do P. António Vieira que o autor sintetiza na expressão brilhante do título: de *Chronos* a *Kairós*. Com esta imagem o autor procura significar a concepção vieirina de tempo, num movimento de passagem de um tempo cronológico a uma outra dimensão, a do tempo kairológico; de um tempo relativo a um tempo absoluto; do tempo dos factos e dos acontecimentos ao tempo da providência que os governa, o tempo da verdade.

Na sua leitura do *corpus* profético vieirino, Cândido Pimentel guia-nos sobretudo pela História do futuro, dirigida ao presente, mas também a esclarece recorrendo a outros escritos, como os sermões; aponta para os fundamentos do discurso de António Vieira, o ‘intérprete profético’, mas também para a compreensão dos seus ‘erros interpretativos’; apresenta a ‘verdade divina’ da história, tal como o pensador a concebe, distinguindo-a de uma história humana e relativa; guia verdadeiramente o leitor naquele movimento desfazendo equívocos, proporcionando uma leitura profunda do pensamento do P. António Vieira, revelando-nos um *homo viator*, como lhe chama o autor, um homem desinstalado, em permanente viagem ‘entre os dois hemisférios’ (p. 48) do tempo. O tempo que, na obra do P. António Vieira, não é linear, nem circular, nem espiral, mas assumptivo; um tempo que não supõe a experiência fenomenal e quantitativa de *chronos* mas que se define melhor pela noção grega de *kairós*, de tempo oportuno, lugar da saudade e da esperança (p. 78). A ucronia, mais que a utopia, definiria assim, o pensamento profético do P. António Vieira, inquieto intérprete do desejo do ‘instante eterno da unidade além do tempo’ (p. 54).

Neste livro do conhecido especialista que presidiu à Comissão Organizadora de ‘2008 Ano Vieirino’, a obra do P. António Vieira surge mais significativa, propondo-se a uma nova compreensão, de um mais profundo alcance, que leva em conta a agudeza e os fundamentos existenciais do seu pensamento.

SANDE, Duarte de, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*, 2 vol., prefácio, tradução e comentário de Américo da Costa Ramalho, estabelecimento do texto latino de Sebastião Tavares de Pinho, Coimbra, Imprensa da Universidade, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009, 790 pp. ISBN: 978-989-8074-72-0.

Rapidamente esgotada a tradução do *De Missione* que o Prof. Costa Ramalho publicou em 1997 numa edição da Fundação do Oriente e da Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, há muito era esperada nova publicação desta obra fundamental para o estudo da História e da Cultura de Portugal, bem como da Europa e das suas relações com o Oriente. Em boa hora a Imprensa da Universidade de Coimbra levou a cabo esta edição de uma obra que não podia de modo algum faltar na colecção *Portugaliae Monumenta Neolatina*, colecção coordenada cientificamente pela APENEL, Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos, empenhada na divulgação dos textos e autores do humanismo português. Apoiaram a publicação desta obra de grande raridade e interesse para a cultura portuguesa, o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, a Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, o Programa Operacional Ciência e Inovação e a Câmara Municipal de Guimarães, terra natal de Duarte de Sande.

Em dois volumes, temos agora disponível este texto com a grande vantagem da edição bilingue, texto latino e tradução alinhados lado a lado. A edição anterior não dispunha de texto latino, agora estabelecido por Sebastião Tavares de Pinho. Tratando-se de uma obra extensa, divide-se, por isso, em dois volumes para melhor manuseamento. Certamente para não prejudicar o alinhamento dos textos (latino e português), as notas e os comentários figuram no fim de cada volume. Do ponto de vista do investigador, o recurso a este extensíssimo texto do Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana encontra-se mais facilitado por dois índices de grande utilidade, um índice temático e um índice onomástico. O índice temático, de carácter descritivo, enuncia os assuntos tratados em cada um dos 34 colóquios e o índice onomástico, remissivo, contempla desde nomes próprios de europeus e japoneses ou mesmo de figuras míticas, até topónimos, passando por nomes de instituições.

O prefácio, da autoria do Prof. Costa Ramalho, oferece uma boa introdução à leitura da obra. Com o habitual rigor científico e conhecimento profundo do humanismo renascentista a que já nos habituou, Américo da

Costa Ramalho não só contextualiza a obra e a embaixada que lhe serve de matéria, como a interpreta e explica na sua génese, nas suas intenções e mesmo no seu significado. Outras questões, como a da autoria da obra, ficam esclarecidas neste prefácio pelo conhecido investigador do humanismo que, em 1997, apresentou pela primeira vez a tradução que agora é de novo editada, revista e emendada.

Depois do prefácio, Sebastião Tavares de Pinho apresenta a edição e os exemplares utilizados para o estabelecimento do texto latino e informa o leitor das suas intervenções no domínio da ortografia e da pontuação, enumerando uma série de correcções e uniformizações a que procedeu. A abertura de parágrafos (que o texto de 1590 não apresentava) e a pontuação tornam o texto mais acessível ao leitor de hoje.

Seguem-se a transcrição e tradução da folha de rosto, das aprovações, das cartas dedicatórias e do índice da edição de 1590. A folha de rosto reproduz a gravura original que é significativa do contexto e do objectivo da publicação do *De Missione*: sentados num trono comum, Deus Pai e o Filho ladeiam o globo terrestre encimado por uma cruz. A seus pés amontoa-se uma multidão indeterminada de membros da Companhia de Jesus, identificados pela roupeta, que ostentam na mão uma palma, expressão iconográfica do martírio, numa clara alusão aos numerosos jesuítas, mártires da fé, que ‘conquistaram’ para a Igreja o Japão.

Redigido em Latim para ter maior alcance internacional, este ‘Diálogo’ relata um importante feito diplomático do séc. XVI. Os jesuítas trazem à Europa, mais concretamente a Roma, para prestar obediência ao Papa, um pequeno conjunto de nobres japoneses, uma embaixada memorável, cujas notas pessoais seriam coligidas, passadas para Latim e compostas num diálogo ‘para maior clareza’, pela pena do Padre Duarte de Sande (cfr. p 11) que recebeu essa incumbência do Padre Alexandre Valignano. Em 1590, vinha a lume o *De Missione legatorum iaponensium ad romanam curiam rebusque in Europa ac toto itinere animaduersis dialogus* nos prelos da casa da Companhia de Jesus em Macau.

Mais do que o relato de um longo périplo de seis anos (1582-1588), mais que a descrição de factos ou acontecimentos, este livro fornece dados e informações interessantíssimas sobre costumes, espaços culturais e sociais das várias cidades de Portugal e da Europa por onde passaram os legados japoneses. Do diálogo entre os embaixadores e a comitiva que os guia, emergem não só esses dados relativos à Europa como dados e informações relativos ao Japão, pois esta embaixada e o texto literário que a tem

por objecto e a divulga teria certamente por objectivos, não só revelar à Europa a civilização nipónica, como também revelar ao Japão a civilização europeia.

Os assuntos tratados nos 34 colóquios são os mais variados. Desde a organização militar, social, jurídica ou ainda religiosa da Europa, passando pela descrição de várias manifestações artísticas, de grandes cidades europeias, de universidades, mas também a comparação entre estas realidades na Europa e as equivalentes no Japão. Acontecimentos de relevo como o cerimonial das exéquias do Papa e a eleição do sucessor a que os embaixadores japoneses assistiram na sua permanência em Roma são pormenorizadamente descritos (colóquios XXIV-XXVI). A vida universitária em Coimbra e a descrição desta cidade é tema de um dos colóquios (colóquio XXXI), mas também se dedica atenção extensiva à descrição da China, do seu modo de vida, das suas religiões e à sua comparação com a Europa (colóquio XXXIV).

Em suma, temos agora mais facilitado ainda, a vários níveis, o acesso a uma obra de assinalável interesse, cuja riqueza literária, histórica e cultural está muito longe de se esgotar.

CARLOTA MIRANDA URBANO (Universidade de Coimbra)

SILVA, Maria Oliveira Aparecida da, *Plutarco Historiador*, S. Paulo, Edusp, 2006. ISBN: 8531409209.

Prefaciado por Noberto Luiz Guarinello, professor do Departamento de História da USP, o presente volume constituiu, na sua origem, uma dissertação de doutoramento em História Social apresentada à Universidade de S. Paulo em 2007 pela investigadora.

O estudo de Maria Oliveira Aparecida da Silva coloca-nos perante um desafio inquietante e já antigo: pode Plutarco ser considerado um historiador? Onde termina o discurso filosófico e ético e começa o facto histórico?

Tomando as biografias espartanas como ponto de partida – Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis IV e Cleómenes –, a A. procura demonstrar como uma análise conjunta destas *Vidas* permite reconstruir a história de uma cidade, Esparta, confundindo-se esta com as biografias dos seus governantes mais notáveis. Assim, a sucessão cronológica destas biografias permite

trazer à luz a linha de evolução e declínio de Esparta num período pré-imperial: o nascimento narrado em *Licurgo*; a vida, em *Lisandro* e *Agesilau*; finalmente, a morte, em *Ágis IV* e *Cleómenes*.

Coerente e objectiva, a estrutura deste estudo apresenta três partes: a biografia e história em Plutarco, a composição das biografias espartanas e a biografia de Esparta, para onde conflui toda a linha de análise. Na primeira parte, a A. apresenta, de forma sintética, o estado de arte dos vários estudos já publicados sobre esta questão, confrontando linhas de investigação e destacando aquela que considera ser a tendência predominante: analisar a biografia plutarquiana de forma autónoma e como exercício retórico, de carácter filosófico e com intuítos moralistas, desvalorizando-se o valor histórico que lhe é inerente tanto em relação ao biografado como em relação à sua própria cidade. Perante esta tendência generalizada, veiculada por estudos mais recentes, a A. oferece uma perspectiva diferente, neutralizando a antiga dicotomia entre biografia e história e reconhecendo validade histórica ao género biográfico: “Assim, ainda que a obra plutarquiana apresenta-se em forma biográfica, em seu conteúdo, observa-se a metodologia de historiador na coleta e seleção das informações” (p. 88). Esta linha de pensamento assenta, com efeito, na análise de A. Momigliano, que considera Plutarco um historiador credível pelo método como tratava as fontes disponíveis e compara as várias versões a que teve acesso (p. 62), perspectiva partilhada por N. I. Barbu³⁰ e G. J. D. Aalders³¹ (pp. 53-4). Nesta medida, as biografias de Plutarco correspondem a um certo tipo de história que coloca o indivíduo no centro do relato, ao contrário da concepção histórica grega que antes fazia a apologia de um evento épico colectivo, ou seja, de cariz político ou bélico. Veremos, porém, que pelo facto de ter como objecto uma individualidade exige necessariamente a descrição de um contexto, pelo que a história de um homem se confunde com a história da cidade, Esparta.

Na segunda parte do estudo, a A. reflecte sobre a forma como o filósofo de Queroneia recupera as fontes – escritos datados entre o período arcaico grego e a época clássica romana, a tradição oral grega,

³⁰ Barbu, N. I. (1933), *Les procédés de la peinture des caracteres et la verité historique dans le biographies de Plutarque* (thèse pour le doctorat en Lettres présentée à la Faculté des Lettres de l’Université de Strasbourg), Paris, Nizet et Bastard, pp. 57, 59, 71, 98, 123.

³¹ Aalders, G. J. D. (1982), *Plutarch’s Political Thought*, Amsterdam/Oxford/New York, North-Holland, p. 5.

estátuas, monumentos, inscrições – e como as integra no relato das *Vidas espartanas*. Neste ponto, é apresentada uma listagem (pp. 78-84) subdividida em fontes do período arcaico, clássico, helenístico e outras, cujos períodos são desconhecidos, que se afigura ser de grande utilidade pela pertinência e pela clareza com que se dispõe a informação. Contudo, a variedade de fontes, o seu confronto e a seriedade no seu tratamento não garantem, à partida, a verdade última dos factos, mas uma explicação verosímil que tem como fim perpetuar uma memória para bem de uma sociedade.

A última parte do estudo remata de forma lógica o percurso iniciado e constitui a parte mais original, pois revela a novidade desta perspectiva e do estudo: Plutarco como historiador de Esparta. As cinco biografias espartanas – Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis IV e Cleómenes – permitem estabelecer uma diacronia plausível para a história desta cidade, a primeira da Hélade, em demanda das causas que conduziram ao seu declínio.

Conforme relata o filósofo, a vitalidade do governo de Licurgo deve-se não só à educação de governante que o preparou para o poder, como também ao conhecimento adquirido nas viagens sobre a diversidade das outras organizações políticas e legais. Instituições como a *gerusia*, os *kleroi*, a refeição pública ou *syssitia*, a proibição da circulação de moedas de ouro e prata e, mais tarde, os éforos – cuja criação permitiu o fortalecimento da aristocracia romana – foram algumas das suas inovações.

Assim, entre todas as causas apontadas para a degeneração desta sociedade, há uma que é tida como determinante: o progressivo afastamento das leis estabelecidas por Licurgo iniciado no governo de Ágis II, pelo que se adivinha, a partir daí, toda uma sequência trágica até Cleómenes (*Licurgo* 30. 1). Este factor teve efeitos irreversíveis e fatais nesta sociedade: a entrada da moeda e de todos os vícios que estão lhe associados – avareza, luxo e inveja –, os contactos com o estrangeiro gerados pela guerra – desaconselhados por Licurgo – que levaram a questionar a lei espartana, o facto de os dois últimos governantes não provirem de origem aristocrática e, por isso, não terem recebido uma educação adequada para o verdadeiro exercício de poder. Ágis IV e Cleómenes constituíram, por isso, os exemplos acabados desta degeneração. Além disso, as transformações sociais na sociedade espartana conheceram, segundo Plutarco, outra causa não menos importante: a deteriorização da classe dominante, a aristocracia que progressivamente foi desviando o poder real para o cidadão comum (p. 131).

Apesar da linha evolutiva ser delimitada por Licurgo e Cleómenes, existe ainda outro referencial adoptado: a guerra do Peloponeso. Assim, enquanto que o período que antecede a guerra é marcado por uma curva ascendente de prosperidade, naquele que se sucede assiste-se ao declínio, símbolo da decadência do ordenamento jurídico do fundador. A verdade é que, ainda que os governos de Ágis IV e Cleómenes se situem na última fase do declínio, ambos tiveram a consciência de que a solução consistia no regresso às leis ancestrais e aos costumes licúrgicos. Contudo, apesar da justeza dos projectos, nenhum deles era dotado da educação ideal, própria de um governador, tendo-se deixado levar pela tirania de um temperamento inconstante que deitou por terra a proposta inicial. A biografia de Esparta narrada através destas *Vidas* espartanas constitui, assim, a maior fonte sobre Esparta para um período temporal tão abrangente, do período arcaico ao helenístico.

Este entendimento retrospectivo da história da primeira cidade da Hélade não é, a nosso ver, alheio à idiosincrasia política e cultural do autor – contingência humana incontornável –, pelo que cada biografia, mais do que um testemunho histórico, representa também a confluência de vários discursos do domínio da ética e da filosofia que naturalmente influenciaram o relato da biografia de Esparta. Não é, por isso, difícil encontrar um cunho plutarquiano nesta visão: o favorecimento da linha aristocrática e a falta de educação para a política dos governantes são vistas como causas da decadência de Esparta, consequências do esquecimento continuado do ordenamento jurídico do fundador. Contudo, não será este um princípio demasiado apriorístico e arbitrário para determinar e caracterizar um percurso histórico de vários séculos? Além disso, não deixa de ser curioso notar que este ponto de partida assenta não só na (in)existência de Licurgo, como numa visão idealizada dos tempos fundacionais de um governo, sobre o qual abundam mais dados míticos do que factos históricos sendo, por isso, muito discutível. Contudo, ainda assim, o historiador toma Licurgo e a sua obra, do âmbito do mito, como embrião da história de um povo. Não será, por outro lado, o mito o verdadeiro agente desta versão histórica de Esparta?

Com efeito, ainda que esta biografia seja, do ponto de vista quantitativo, um testemunho importante, é forçoso adoptar um olhar crítico em relação à forma como este grego fixa os factos políticos, militares e culturais de Esparta.

Em suma, entre os méritos deste inédito estudo – escrito em língua portuguesa, note-se – contam-se o facto de ter problematizado a dicotomia

antiga entre biografia e história, discutido a posição de Plutarco enquanto historiador e, de forma a demonstrar a viabilidade desta tese, apresenta um estudo de caso(s), de onde se conclui que a análise conjunta das *Vidas espartanas* pode restituír a história dessa cidade.

ÁLIA ROSA C. RODRIGUES (bolseira da FCT / CECHUC)

STAVRU, Alessandro, *Socrate e la cura dell'anima. Dialogo e apertura al mondo*, Milano, Marinotti, 2009, 101 pp. ISBN: 978-88-8273-101-4.

Nella sua terza *Satira*, Persio ci regala una caricatura del filosofo destinata ad avere un'enorme fortuna nel corso dei secoli. Un soldatuccio "della razza dei caproni", portavoce del volgo, vi parla dei filosofi come di coloro che "vanno sempre con la testa bassa e gli occhi ficcati per terra, masticando fra sé e sé, in un rabbioso silenzio, tra continui borbottii, mentre, sporgendo il labbro, vi appendono le parole come se volessero pesarle a una bilancia". Una condanna, questa, rivolta al *proprium* della filosofia, vale a dire alla sua dimensione speculativa, la quale rischia di trasformarla in un'attività inutile e misantropa, tale da allontanare l'uomo dalla realtà. Lo stesso Persio non manca tuttavia di rilevare che è proprio nella realtà concreta che la filosofia prende vita, poiché può svelare "che cosa siamo, per quale ragione viviamo, quale posto ci è dato nel mondo [...], quale misura dobbiamo concedere alla ricchezza, che cosa è bene desiderare" (67-69). Un'attività, quella filosofica, totalmente rivolta all'uomo, che vi riconosce una guida in grado di indicare la giusta via per il raggiungimento della virtù, vera ed unica ricchezza dell'anima.

In quest'ottica, Socrate è il filosofo per eccellenza, il quale, per la prima volta nella storia del pensiero occidentale, abbassa gli occhi dal cielo per puntarli in quelli di ogni uomo e portare, secondo una celebre espressione di Cicerone, "la filosofia dal cielo sulla terra". Con lui si compie una rivoluzione che da sola basta a proclamarlo il fondatore della filosofia morale. Werner Jaeger scrive in proposito che "quello che colpisce è che Socrate [...] quando pronuncia la parola *anima* vi pone sempre come un fortissimo accento e sembra avvolgerla in un tono appassionato ed urgente, quasi di rievocazione. Prima di lui labbro greco non aveva mai pronunciato così questa parola [...] Per la prima volta nel mondo greco, l'anima viene considerata la sede della sapienza e della consapevolezza individuale

dell'uomo" (p. 62). Tramite un sintetico percorso che attraversa le nozioni di anima nel mondo greco, da Omero a Diogene di Apollonia, il volume di Alessandro Stavru mette in luce proprio tale portata rivoluzionaria del pensiero socratico. Nella tradizione poetico-naturalistica precedente l'Ateniese il termine *psyche* esiste esclusivamente nella sua dimensione biologica e vitalistica, legata all'etimologia dal verbo *psychoo* (respirare, soffiare). Essa sottende uno *pneuma*, un soffio vitale che si allontana dal corpo uscendo dalla bocca o da una ferita nel momento della morte. La sua è un'immagine emblematica del "non essere più in vita" del defunto, quale si ritrova ancora in Aristofane, che nelle *Nuvole* mette alla berlina Socrate e i suoi discepoli definendoli "fantasmi sapienti" (il commediografo gioca con la sovrapposizione di questa definizione con quella socratica delle "anime sapienti": p. 10).

Con Socrate il termine "anima" entra in quella dimensione che Francesco Sarri chiama "personalistica ed etica in senso lato", vedendo in essa la più qualificante per l'uomo, l'unica a riferirsi al suo autentico "io". L'essenza dell'uomo si identifica con la sua *psyche*, considerata come intelligenza e capacità di intendere e volere, fino ad assumere quel significato che si sintetizza nel nostro concetto di "coscienza". È evidente la radicale novità rispetto alla tradizione precedente, nella quale l'anima è una sorta di "secondo io"; va comunque sottolineato che non è lecito parlare di una rottura con il passato quanto piuttosto di una "sintesi e [di un] compimento delle varie concezioni di *psyche* che vengono a succedersi nel mondo greco" (p. 11). Quella di Socrate è dunque la conclusione di un cammino già tracciato e suggerito dai suoi predecessori. Basti pensare ad Anassimene, che, mettendo in relazione la *psyche* con l'aria che governa l'universo, ne presuppone la capacità di governare il corpo: come afferma Jaeger, "dalla *psyche* aria di Anassimene alla *psyche* quale anima cosciente non c'è che un passo". Con Eraclito ci si muove ulteriormente verso la razionalità dell'anima. Secondo il filosofo di Efeso un'anima al pieno delle sue forze, quindi virtuosa, si manifesta come principio igneo e secco: "questa sua virtù consiste però essenzialmente in una *sapienza*. Ciò significa che per Eraclito l'anima coincide sì con un principio della natura, come in Talete e in Anassimene, ma è al tempo stesso intelligenza, consapevolezza e razionalità" (p. 33). L'anello che collega Eraclito a Socrate è fornito da Diogene di Apollonia, contemporaneo dell'Ateniese, il quale associa anima e intelletto rifacendosi ad Anassimene e alla sua concezione di un'anima coincidente con il principio cosmico dell'aria-intelligenza. "L'anima di

Diogene è, al pari dell'aria, divina, immortale, incorporea e intelligente. È il principio dal quale traggono la propria energia vitale uomini e animali" (p. 34). A differenza di questi ultimi, però, "gli esseri umani hanno la facoltà di raccogliere al proprio interno l'aria-coscienza" (p. 34).

Il passo che porta a Socrate è breve ma significativo: "si ha qui per la prima volta l'idea di un'anima come sede della personalità individuale e morale dell'uomo" (pp. 11-12). L'anima diviene l'unica ricchezza, l'unica bellezza verso cui l'uomo deve tendere. Questo capovolgimento di valori porta l'autore a porre l'accento su un'altra questione implicita nella nozione socratica di *psyche*: il rapporto tra essere e apparire. Tale nesso, che nel mondo greco si esplicava nella famosa espressione *kalòs kai agathòs*, viene irrimediabilmente compromesso con l'immagine del Socrate silenico. Questa consente infatti "la comprensione dell'interiorità umana come sede di una bellezza spirituale ormai completamente svincolata dalla corporeità" (p. 14).

Questa scissione con il corpo permette all'anima di assurgere a "bene supremo". Di qui l'insistente esortazione socratica a prendersene cura (Platone, *Apologia* 29 E). Curando l'anima l'uomo cura il suo sé, ma ciò è possibile solo tramite la conoscenza di quel sé. Questo "sapersi" è la forza motrice della vita umana, poiché non è mai limitato né limitante, ma può e deve realizzarsi in una perpetua ansia di ricerca volta alla conoscenza del divino che risiede nell'uomo. Si giunge così ad un ribaltamento della nozione di *aretè*, la quale non è più legata alla dimensione "esteriore" del coraggio o del valore in battaglia (come in Omero), ma viene intesa come l'espressione di un'interiorità che permette all'anima di essere la migliore possibile. Tale virtù è la *sapienza* "dalla quale nascono le ricchezze e tutti gli altri beni per gli uomini" (Platone, *Apologia* 30 B).

Quella di Socrate è una concezione che ha radici profonde. La si ritrova anche in uno splendido passo dell'*Antico Testamento*: "Perciò pregai e mi fu dato il senno, supplicai e venne in me lo spirito della Sapienza. L'ho preferita a scettri e troni, e stimai un nulla le ricchezze in confronto di lei. Non la misi alla pari delle pietre preziose, perché tutto l'oro di fronte a lei non è che arena, e l'argento, in suo paragone, è spregevole fango. L'amai più della salute e della bellezza, e la preferii alla luce del sole, poiché lo splendore che da essa promana non conosce tramonto. Mi venne ogni bene assieme a lei, e innumerevoli ricchezze mi portò nelle sue mani. Io ne godetti, perché la sapienza è la loro dispensiera, ma non sapevo che ne fosse anche la madre [...]. Essa è per gli uomini un

immenso tesoro [...], è infatti un'emanazione della potenza divina e un'irradiazione pura della gloria di Dio: perciò nulla di macchiato può insinuarsi in lei" (*Libro della Sapienza* VII 7-14, 25).

La sapienza, inestimabile tesoro e madre di ogni bene, si manifesta attraverso il controllo sulle proprie azioni, il quale può a sua volta avere luogo solo tramite il governo sul proprio corpo. La sapienza giunge è "quel qualcosa che permette all'anima di governare il proprio corpo" (p. 71), consentendo all'uomo di essere autenticamente tale. Platone distingue nettamente tra ciò che l'uomo è *in sé e per sé*, ossia la sua anima, da ciò che gli *appartiene*, che gli è proprio, vale a dire il suo corpo. Il corpo è uno strumento di cui l'anima si serve, è una materia inerte che riceve vita dall'attività dell'anima incarnata in essa. "L'anima dispone del proprio corpo in quanto esercita su di esso il proprio *governo*, senza il quale esso sarebbe privo di ogni indirizzo. E questa funzione di comando è per Socrate ciò in cui propriamente consiste l'uomo in quanto personalità vigile e consapevole" (p. 67). L'uomo dunque non è il suo corpo, ma ciò che si serve di quel corpo: "o l'uomo non è nulla o, se è qualcosa, non è altro che anima" (*Alcibiade I* 130 C).

Nel governare il proprio corpo, l'anima dell'uomo si compie coltivando valori *speculativi*, legati cioè alla conoscenza di sé, ed *etici*, in grado di guidare all'eccellenza morale (giustizia, temperanza, coraggio etc.). Tali valori sono alla base di un'idea di anima intesa come una facoltà ad un tempo intellettuale e morale, nella quale vengono a coincidere intelligenza e volizione del Bene.

Nella parte centrale del volume l'autore ci pone di fronte a questioni fondamentali per intendere il problema della storicità del "personaggio Socrate": dall'attendibilità delle fonti alla tormentata "questione socratica", all'agrafia. Quest'ultima, in particolare, assume un ruolo centrale nell'argomentazione dell'autore. Perché Socrate non scrisse nulla? Le fonti ci presentano un Socrate intento a dialogare sugli argomenti più disparati, con uomini di ogni genere e in luoghi diversissimi. Nei suoi dialoghi egli parte da ciò che gli uomini *sanno*, o meglio *presumono di sapere*, per indagare quel che essi *sono*. In questo senso l'agrafia "rappresenta per definizione un momento di confronto, una messa in discussione delle proprie posizioni" (p. 77). La parola viva permette a Socrate di adattare il proprio discorso in base alla situazione e alla personalità del proprio interlocutore, il quale rischia spesso di venir umiliato e amareggiato dalle parole, dette e non dette, che emergono dal discorso. Molto spesso questi,

interrogato su argomenti rispetto ai quali si considera un esperto conoscitore, non è in grado di argomentare a suo favore, e rischia di cadere preda dello scoramento: “E penso che per me la cosa migliore sia stare zitto, visto che corro il rischio di non sapere assolutamente niente” (Senofonte, *Memorabili* IV 2.39). Socrate lo spinge infatti a cimentarsi con un nuovo modo di pensare, che lo sappia liberare dalla consuetudine dei suoi pregiudizi mettendolo a tu per tu con se stesso.

Il cammino verso la conoscenza non costituisce però “una chiusura in un solipsismo privo di sbocchi. Esso può infatti avvenire solo nell’ambito di un dialogo, di uno scambio tra due anime” (p. 77). Tramite la parola viva del dialogo “l’anima può rispecchiarsi in un’altra anima, pervenire alla conoscenza di se stessa e *migliorarsi* da ogni punto di vista. Il punto di arrivo di questo cammino non può che consistere nel raggiungimento della virtù dell’anima in conseguenza della contemplazione del divino” (p. 77). Un divino che Walter Friedrich Otto ci insegna a intendere come “spirito originario del regno olimpico nella sua totalità”. L’anima si compie contemplandosi nel divino e riconoscendo la propria essenza nella propria perfezione. Al suo culmine, essa evolve in un pensiero che è *eo ipso* divino, in quanto ricomprende in un tutto unico l’essenza dell’uomo e la totalità dell’essere: “L’anima non può conoscere se stessa se non rispecchiandosi nel divino, ma in quanto razionalità costituisce altresì la condizione imprescindibile affinché quel divino si manifesti” (p. 95). Nell’interpretazione dell’autore, il celebre motto “conosci te stesso” si scardina così dal primitivo significato delfico, legato al semplice richiamo alla consapevolezza dei limiti della sapienza umana, per irradiarsi di una luce nuova, tutta divina, che si sprigiona nell’incontro tra due anime. L’uomo si ritrova nella pupilla altrui, la quale altro non è che la divina perfezione che permea la sua stessa anima.

MARIA GIULIA TABARRINI (Perugia)

TOVAR, J. Rubio, VALLEJO GIRVÉS, M. & GÓMEZ ESPELOSÍN, F. (eds.), *Viajes y visiones del mundo*, Madrid, Ediciones Clásicas — Málaga, Canales Servicios Editoriales, serie Mediterranea, nº 14, 2008, 320 pp. ISBN: 84-7882-644-0.

Para além do prólogo dos editores, o volume reúne um acerbo de 13 contribuições individuais, resultantes de um colóquio internacional

realizado na Universidade de Alcalá, onde se pretendeu, numa perspectiva cronológica e interdisciplinar, analisar “o modo como a representação do mundo imperante em cada cultura condicionou o resultado das viagens e sobretudo das narrativas resultantes das respectivas experiências”. Tratou-se, essencialmente, de estudar as capacidades de percepção e representação do mundo de viajantes que tiveram a “experiência traumática” do contacto com o outro.

Essa perspectiva é desenvolvida a propósito de Ulisses (da autoria de Francisco Jarauta); de viajantes gregos, em viagens reais e imaginárias, incluindo relatos utópicos (C. García Gual); de viagens aos confins, rastreadas num percurso que vai de Heródoto a Avieno (F. J. Gómez Espelosín); de viagens nos confins da *oekoumene* no apogeu de Alexandria, num espaço que vai da Índia ao Atlântico Norte (Jaime Alvar Ezquerra); o problema da informação cartográfica e geográfica à disposição dos viajantes, como o Mapa de Peutinger, itinerários e relógios solares portáteis, considerados de função artística e decorativa e de pouco interesse prático (R. J. A. Talbert); das viagens e peregrinações ao Egipto dos padres do deserto (Ramón Teja); de Alexandre de Trales, que muito viajou, porventura na qualidade de médico pessoal de um general de Justiniano, e que nessas viagens aprendeu inúmeras mezinhas com os povos locais (M. Vallejo Gírvés); do *Tratado de Roma*, de Marín de Ampíes, que propõe um itinerário de redenção para romeiros quinhentistas (Bernard Darbord); da *Peregrinação* de Mendes Pinto pelo reino utópico da China (H. Peixoto de Araújo); do contributo das viagens para a construção da identidade nacional britânica na época da Ilustração, mediante a consolidação de uma imagem nacional de êxito (A. Clara Guerrero); da imagem das terras de russo e tártaros, centrada na feira de Nijni-Novgorod, em particular tal como foi vista pelo espanhol Agustín Pascual em 1872 (M. Cortés Arrese); das singulares e ousadas deambulações de Annemarie Schwarzenbach pelo Irão por alturas da II Guerra Mundial (P. Almarcegui Elduayen).

O volume encerra com um excelente contributo de J. Rubio Tovar, “Algunas cosas que nos enseñan los viajes”. Numa análise tanto científica como pedagógica, começa o autor por afirmar as duas grandes características do estudo da literatura de viagens — a interdisciplinaridade e a transversalidade, acrescidas do carácter integrador do tema — para concluir que “Los temas y planteamientos son inagotables y son permanentemente renovados por diferentes disciplinas, desde la historia de las ideas a la antropología”.

Sem prejuízo de algumas repetições inevitáveis e compreensíveis entre os diversos capítulos, o volume revela-se bem organizado, variado e muito útil para uma visão global da temática da viagem enquanto meio de percepção do outro e até do interior do viajante e da vida como viagem.

FRANCISCO DE OLIVEIRA (Universidade de Coimbra)

VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro, prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 530 pp. ISBN: 978-989-8074-87-4.

João Gouveia Monteiro, professor do grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é uma reputada autoridade em história militar no panorama académico nacional e internacional, estatuto grangeado por anos de pesquisa e investigação, prática e teórica, dedicada à história militar, particularmente na Idade Média Portuguesa. Sobressai para o grande público, do seu vasto currículo, a coordenação da investigação interdisciplinar no campo da Batalha de Aljubarrota, acessíveis a partir do Centro de Interpretação sedado nas instalações, renovadas e valorizadas, do antigo museu militar de Santa Maria da Vitória, que constitui um modelar exemplo da investigação aplicada à educação e divulgação. Várias publicações, bem acolhidas pelo público, e algumas alvo de prémios nacionais, são prova da consistência da carreira científica deste professor. Reframos, apenas como ilustração deste perfil, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média : presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, 1999; *Aljubarrota 1385 : a batalha real*, Lisboa, 2003; e ainda *Lições de história da Idade Média : sécs. XI-XV*, Coimbra, 2006.

Em colaboração com o latinista José Eduardo Braga, João Gouveia Monteiro apresenta em língua portuguesa o tratado que Vegécio dedicou à ciência militar. É para os seus responsáveis, os tradutores e o autor dos estudos que o acompanham, uma obra que surge no curso natural dos seus interesses, mas que pela sua complexidade merece o aplauso pelo desafio acolhido e aceite.

O volume caracteriza-se por um rigor e uma exigência singulares, o que se justifica logo pelo facto de a tradução portuguesa estar complementada

por peças de investigação que, não sendo frequentes nas traduções portuguesas de autores clássicos, normalmente mais ligeiras, qualificam esta obra como fundamental e imprescindível em qualquer biblioteca de história militar, de história política, e particularmente de história antiga e medieval, quer como sustento bibliográfico mais dirigido, quer para formação pessoal. Comunicador nato, (como bem o demonstrou a dezoito de Março de 2009, numa aula aberta na FLUC, subordinada ao tema “O exército romano: segredos de uma máquina de guerra perfeita”), J. Gouveia Monteiro consegue, com este volume, com inegáveis qualidades didáticas e de divulgação que não comprometem a solidez da informação, presentear o público de língua portuguesa com a possibilidade de aceder a uma das mais interessantes e das mais perviventes obras da literatura técnica latina, área da produção literária antiga por vezes descurada.

Um largo estudo introdutório (pp. 15-170) enceta os trabalhos, dividido em duas grandes unidades temáticas: na primeira, num ensaio consistente, são sistematizadas as questões relativas ao exército romano do ponto de vista histórico (cap. I): fontes para o seu estudo (p. 15); configuração geral do exército romano nos seus primórdios (p. 23); características dos vários modelos de máquina militar; importância da organização militar augustana – guarnição de Roma, exército das províncias, marinha, (p. 29-36); a vida típica de um soldado romano até à sua desmobilização, desde o recrutamento, treino, condição social e jurídica dos mobilizados (p. 37-45) e, finalmente, evolução do exército imperial pós-augustano. A segunda, de interesse mais filológico e literário, é dedicada ao autor, Flávio Vegécio Renato, e sua obra *Epitoma Rei Militaris*, (cap. II, p. 87-131). O A. apresenta as fontes conhecidas e utilizadas por Vegécio, o método de trabalho e os objectivos visados pelo tratadista (pp. 87-107). Segue-se a apresentação da história do texto ao longo dos séculos, sua tradição manuscrita, com particular destaque para a sua pervivência: traduções, bibliotecas que o acolheram, leitores que o cultivaram e o adaptaram. Neste ponto, sobressai a recepção de Vegécio na Península Ibérica, em versão original mas, sobretudo, a partir de traduções em vernáculo. Assim, capítulos, citações ou partes mais ou menos estruturadas da obra integravam tratados medievais de forte sentido didáctico, destinados à instrução e elevação da aristocracia política e guerreira da Península Ibérica, num momento em que esta não concluíra a empresa da Reconquista. O A. dedica as últimas páginas da sua introdução ao estudo da profundidade da recepção de Vegécio na corte portuguesa de Avis (p. 135-147). Atenção particular, neste contexto, merece

a recepção da obra pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, apontado pelo cronista Rui de Pina, na sua descrição da cultura do Príncipe das sete partidas, como autor de uma tradução para português deste tratado. O A. procede a uma análise minuciosa do contexto histórico que teria rodeado esta empresa, hoje desaparecida.

As circunstâncias que permitiram reproduzir no volume a edição latina mais recente, da autoria de Michael Reeve (saída em 2004 na Oxford University Press), surgem explicadas numa parte III (pp. 149-152). Optar pela edição bilingue foi uma boa decisão, dado tratar-se de uma edição ambiciosa.

Segue-se, na parte IV, as “Notas ao estudo introdutório” (pp. 153-170), anotações de rodapé que talvez merecessem melhor enquadramento na obra, pensando na comodidade do leitor: ainda que vigorasse a opção por colocar as notas no fim da introdução e não na mais comum fim de página, entende-se mal que neste conjunto, introdução e notas, seja intercalada a parte III, a qual faria mais sentido anteceder imediatamente a edição e tradução propriamente dita (pp. 171-381). Também nesta parte, o coração da obra, as notas à tradução portuguesa surgem deslocadas para o fim da tradução (Notas da tradução, pp. 383-487), critério nesta circunstância mais defensável. De facto, a extensão do corpo das notas, se inserido na página da tradução portuguesa, tornaria difícil, ou pelo menos inestético, o acompanhar do texto latino na página par, particularmente quando este não se faz acompanhar pelo aparato crítico presente na edição crítica de referência.

Seguem-se os “Anexos” (cuja presença o autor tem a delicadeza de justificar em breves “Notas dos Anexos” (p. 531) que enriquecem sobremaneira a edição: o primeiro, um índice temático de carácter exaustivo, deixa transparecer não só a abundância de assuntos presentes na obra de Vegécio, bem como o erro primário de restringir esta obra à sua imediata tipologia de tratado de técnica militar. O A. elenca os termos portugueses presentes na tradução que considera relevantes para o estudo da globalidade de aspectos que influenciavam a vida militar (ex. “Alimentação e saúde”, para além dos mais óbvios “armamento”; “cerco” ou “treino militar”). Estão aqui elencadas também as batalhas, os chefes militares, os lugares, os autores literários. Este índice torna-se, assim, uma preciosa chave para uma leitura que pretenda um olhar mais especializado sobre um assunto preciso.

Por fim, uma Tábua Cronológica (pp.517-523) ordena os episódios relevantes da história política e militar de Roma, com particular relevo, como será natural, para as principais batalhas travadas, muitas delas, aliás,

assunto do tratadista romano; e uma Bibliografia das edições e dos estudos relevantes para a temática e utilizadas pelo A.

Depois de termos apresentado o volume, procederemos a breves comentários, numa primeira parte, dedicados à obra de Vegécio agora disponível em edição bilingue latim-português, e, por fim dedicados à qualidade do trabalho do A.

O *Epitoma Rei Militaris* é uma obra notável em múltiplas instâncias. Destaque-se, do ponto de vista de um leitor interessado pela área dos Estudos da Antiguidade Clássica, em primeiro lugar, o valor documental da obra, que permite acesso a múltiplos aspectos da vida romana que não é fácil de encontrar nas fontes ditas “mais literárias”. O vocabulário técnico específico, a descrição da organização do trabalho quotidiano de um soldado romano são características que permitem, quando conjugadas com outras fontes, uma ilustração enriquecida do que seria uma das dimensões mais importantes do Império Romano. Acresce ainda, como nota de valor para a obra de Vegécio, a focalização e a intencionalidade por si próprio assumidas: a obra tem como destinatário directo o imperador romano com o propósito de reunir a sabedoria romana acerca das técnicas guerreiras, isto é, recolher das lições e os testemunhos dos autores antigos que justificaram os sucessos militares romanos que justificaram a expansão pela maior parte do mundo conhecido de então. O imperador em causa é, provavelmente, o imperador Teodósio I (379-395), conforme defende o A. (p. 95-96). Fergus Millar, numa obra cujo âmbito histórico de análise é ligeiramente posterior aos interesse imediato de J. Gouveia Monteiro (*A Greek Roman Empire, Power and Belief under Theodosius II* (408-450), London, 2006), fornece argumentos que validam a identificação do destinatário da obra de Vegécio com o Imperador Teodósio I: em primeiro lugar, a cultura pós-constantiniana de renovação e refundação do Estado romano, sobre os pilares ideológicos e espirituais do cristianismo. Em segundo lugar, a proeminência do imperador do Oriente, sediado em Constantinopla, sobre o seu par ocidental, realidade que foi assumida a partir de Constantino e que os seus sucessores consolidaram em vários aspectos práticos, torna coerente a eleição de Teodósio I como destinatário, afinal o máximo responsável, que tinha ao seu dispor o maior aparato militar.

Há um diálogo de Vegécio com os autores anteriores a si próprio que se dedicaram à temática militar (o A. elenca-os no seu estudo introdutório, p. 99 (Catão o Antigo, Cornélio Celso, Frontino, Tarutieno Paterno, e as constituições imperiais de Octávio Augusto, Trajano e Adriano). Trata-se

de um aspecto muito interessante, e típico dos autores do Baixo Império e da Antiguidade Tardia, que é o de se colocarem a observar o mundo antigo como um mundo passado, dotado de espessura cronológica, perspectiva que raramente se encontra reconhecida e estudada nos estudos sobre o mundo antigo. Este passado é assumido como produtor de modelos, e até fonte de renovação, para um presente dramático, sentido como crítico, compreensão que é fundamental para compreender o período final do domínio romano e a Antiguidade Tardia. A obra de Vegécio dá por isso conta de um mundo romano institucionalmente cristianizado, e por isso as tropas saúdam Deus e o imperador (cf. p. 221), cuja disciplina militar necessita de ser restaurada face aos desafios e instabilidade característica deste séc. IV. Vegécio está descontente com a decadência militar do seu tempo. Por isso, enfatiza o valor da *probatio* (selecção) para alcançar um bom nível de efectivos recrutados (p. 241. Devem, por exemplo, saber ler e escrever p. 239); a importância do treino assíduo; particularmente das actividades que envolvem a solidez de uma infantaria, como a marcha e a corrida; da logística; da construção de acampamentos permanentes, em detrimento de práticas que, no seu entender, tinham desqualificado a máquina de guerra romana: a multiplicação dos *auxilarii*, os modos de recrutamento pouco selectivos, a desvalorização da infantaria em detrimento da cavalaria, fórmulas que constituíam uma “barbarização” do modelo militar romano.

Acrescente-se ainda uma chamada de atenção para o facto de Vegécio ter sido sensível a algo que tomaríamos como fruto de uma reflexão da teoria estratégica moderna, que é o da importância dos factores psicológicos na guerra (p. 263, p. 291, p. 295).

Justificam-se, portanto, todos os motivos para tomar este volume como porta de acesso para um autor fundamental para perceber o mundo romano tardio.

O trabalho dos A. é, em todos os aspectos, de grande mérito. O original latino apresenta complexidades próprias, não só da linguagem técnica e especificidades da terminologia (aspecto perfeitamente torneado pelos A.), mas também pelo encadeamento sintáctico, que, fruto do género literário mas também da evolução da língua latina, já não tem a clareza e o equilíbrio ciceroniano, alongando-se em períodos de dura destriça. Isso explicará alguns aspectos menos claros na tradução, que apontaríamos: final de cap. XX, p. 202 “Na verdade é forçoso que aquele que, com a cabeça e peito protegidos (*munito capite uel pectore*) não receia ser ferido, sinta uma

coragem redobrada no combate” talvez ganhasse em clareza com uma reordenação das orações “na verdade, forçoso é que quem não teme o ferimento, por ter cabeça e peito protegidos, sinta uma coragem mais redobrada de combater”; l. II, VIII, p. 228 “a senha para as guardas nocturnas ou para a marcha era requerida a ele” sugerimos “a senha para as guardas ou para a marcha era por ele fornecida (*ab eodem petebatur*); l. III, prol., p. 254 *mediocritatem meam abbreviari iussisti* teria talvez melhor correspondente em “ordenaste à minha humilde pessoa que resumisse” do que (sic “...ordenaste à minha mediocridade”); l. III, X, p. 289 *Ad transitus fluuiorum, ad praecipitia montium, ad siluarum angustias, ad paludum aut uiarum difficultatem superuentus nullo sciente disponat...*” penso que corresponderá mais a “o general deverá tirar partido das passagens dos rios, dos declives dos montes, da densidade dos bosques, dos pântanos e dos caminhos tortuosos para montar emboscadas...”, o que permite acen-tuar que os acidentes de terreno constituem pontos de emboscada imprevisíveis para inimigos que vagueiam desorganizados.

Pensamos também que convirá evitar, por se tornar um pouco anacrónica (apesar de a ficção republicana ter perdurado no período imperial), a tradução da expressão “*Res Publica*” como “República”, (ex. p. 219, 221), por o termo em português estar demasiado conotado com um tipo específico de regime político algo que ocorre nas primeiras ocorrências do termo, mas que surge mais adequadamente traduzido por “Estado”.

PAULA BARATA DIAS (Universidade de Coimbra)